



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**



SIDNÉA FRANCISCA DOS SANTOS

**PISA NESSE CHÃO DEVAGARINHO- MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DOS
GRUPOS DE CONGADO E MOCAMBIQUE DE OURO PRETO (2003-2023)**

Mariana

2024

SIDNÉA FRANCISCA DOS SANTOS

**PISA NESSE CHÃO DEVAGARINHO- MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DOS
GRUPOS DE CONGADO E MOCAMBIQUE DE OURO PRETO (2003-2023)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Poder e Linguagens. Linha de Pesquisa: Poder, Linguagens e Instituições.
Orientador: Prof. Dr. Luciano Magela Roza

Mariana
2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237p Santos, Sidnea Francisca dos.
Pisa nesse chão devagarinho [manuscrito]: memória e resistência dos grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto (2003-2023). / Sidnea Francisca dos Santos. - 2024.
100 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Luciano Magela Roza.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.
Área de Concentração: História.

1. Congadas. 2. África. 3. Moçambique. 4. Memória. 5. Minas Gerais. 6. Ouro Preto. I. Roza, Luciano Magela. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 398.33(815.1)(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Michelle Karina Assuncao Costa - SIAPE: 1.894.964



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Sidnea Francisca dos Santos

Pisa nesse chão devagarinho: Memória e resistência dos grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto (2003-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de história da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de mestre

Aprovada em 23 de janeiro de 2024

Membros da banca

Prof. Dr. Luciano Magela Roza - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz (Universidade Federal Rural de Pernambuco)
Profa. Dra. Ana Mônica Henriques Lopes (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luciano Magela Roza, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 18/04/2024



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Magela Roza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/04/2024, às 00:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0701869** e o código CRC **03FB6C7**.

*Ao povo Reinadeiro. A Luciano Magela
Roza, Ísis, Danilo e Vitor. À minha família
e a Lucas Gergelim, erê filho de Lana e
Fábio. Aos Nkisis, Voduns e Orixás que
me regem. Kiuá Luvaiá Nganzila Kiuá!*

Agradecimentos

O receio de escrever um texto de agradecimento e esquecer de citar o nome de alguém é grande. Se por ventura isso acontecer, peço perdão de antemão. Para que essa dissertação de mestrado nascesse, foi preciso muita pavimentação, aquilombamento, acolhimento, aldeamento, amizade, compreensão, coragem.

Saí do curso de Graduação em História em agosto de 2000. Estacionei a vida acadêmica para trabalhar. O sonho de estudante batia de frente com a realidade da vida de uma mulher preta, periférica e pobre. Tinha que trabalhar pra me sustentar e cuidar do filho que tive no 4º período da graduação e que criei com a ajuda de minha família. Sem cotas, sem bolsas, o desejo de seguir na universidade teve que adormecer. Filho cresceu, outra filha veio, e dessa vez eu estava numa pós-graduação em Cultura e Arte Barroca no IFAC/UFOP. Pari a Zabela e o diploma da pós juntos, em 2012. Em 2014 a abertura da Mina Du Veloso nos mostrou a possibilidade de contar outra história de Ouro preto, uma História Preta. Em fevereiro de 2016 meu pai partiu para outro plano energético. Tombou meu Baobá! Meu chão partiu também. Despedaçou. Ô pai, gente tinha tantos planos!

Tempo voa e chegamos a 2021. A Pandemia de Covid 19 nos assolava desde 2020. O medo de morrer sem vacina, o isolamento social, o desemprego e várias outras dificuldades agravadas. E uma luz chamada Fredda Amorim, amiga incondicional, brilhou de novo na minha vida e me instigou a fazer matrícula numa disciplina isolada no ICHS, pra ocupar a mente com outras coisas que não so medo e dificuldade. Abençoada seja você sempre Fredda.

E foi assim que me matriculei, na disciplina do Prof. Dr. Luciano Magela Roza e foi a partir daí que um novo tempo se iniciou pra mim, e culminou com a escrita de um projeto para a prova do mestrado. Foi durante uma aula que ele perguntou porque eu não pesquisava so congados de Ouro Preto, após me ouvir contar sobre minha raiz congadeira por parte de mãe. Foi durante uma aula em que falávamos de Beatriz Nascimento e Jovelina Pérola Negra que nasceu esse projeto. Que nessa vida, toda pessoa possa ter um professor como você Luciano, que não por acaso eu escolhi para me orientar nesse processo e que ainda me levou para o GT Passados Presentes, onde conheci mais pessoas incríveis e me aquilombei, e onde tive provas de toda dimensão infinita e sagrada de ser detentora-pesquisadora. Parece simples, parece tranquilo, parece... mas para estudar para a prova precisei contar com muita ajuda. Ajuda de muitos amigos e também pessoas que sequer me conheciam a não ser pelas aulas, à época on-line, e que se dispuseram a ser solidárias com leituras, debates, acolhimento e compartilhamento

de informações sobre autores, livros, resenhas. Ana Mónica Lopes, Mateus Favaro, Marcos Gustavo, Rafael Paes de Barros vocês me mantiveram viva durante a Pandemia, E o que dizer de você, Vinícius Augusto Mileib, que abriu mão de dias e dias do seu tempo de estudo para o mesmo concurso para me ajudar a estudar também? Essa dissertação é, de foram muito especial, dedicada a você. Sueli Oliveira, digo o mesmo a você e às meninas do Arquivo Público Municipal, Poliana Oliveira e Helenice Oliveira. Nos mesmos termos agradeço ao Reginaldo do PPGHIS/UFOP e na pessoa do Toninho agradeço a todos os funcionários do ICHS/UFOP. Luanda, Kassandra, Laura, Roberta, Izabel Cristina, Angélica, Izabela Pucu, Ana Catarina, Lana Mara, mulheres infinitas. Obrigada! Alexandre Martins, Mila Damasceno, Eliseu Damasceno, Zé Dumonte, Lucas, Laura e Víctor de Godoy, Ane Souza e demais fotógrafos que registram nossos Congados e nossas Festas, gratidão! Obrigada também à CAPES, que me possibilitou realizar essa pesquisa.

E por fim, agradeço minha FAMÍLIA!!! Meu Vô João Vicente dos Santos Martins, que não tive chance de conhecer na vida terrena. Morreu jovem demais. Preto de Piranga/MG. Congadeiro, Tocador, Cantador, Dançante, Brincante que ia com Vó Natalina e os 8 filhos (dos 13 que ela teve, 5 morreram ainda na infância) para festas de Reinado, te amo! E o mesmo vale pra Vó Arlinda, Vô Zé Francisco, mãe, pai, irmãos, sobrinhos primos, D. Cecília, eterna Rainha Conga de Piranga e àqueles que já ancestralizaram (Bisa Maria do Carmo, Titia, Kasmoro, Tetena e esse baobá inteiro de parentes), meu respeito e gratidão. São tantos nomes a dizer, que vou falar Família, e é para além da consanguinidade! Minha Família de Sangue, Minha Família de Coração e Consideração, Minha Família Conexão África/ Mina Du Veloso, Minha Família Reinadeira, Congadeira, Moçambiqueira (em especial Vó Marise, Kátia Silvério, Rainhas Karina, Maria e Adriana, e Capitães Kedison, João, William, Rodrigo Passos, Gustavo, Guilherme, Lays, Rodrigo Sales, Arlindo Diório), Família Comissão Ouropretana de Folclore, Família AMIREI, Família NEABI UFOP, minha Família Preta Diaspórica Antepassada, que sobreviveu e resistiu para que eu esteja aqui escrevendo essas linhas. Ao povo Preto de Ouro Preto, que é Ouro. A cada Capitã e Capitão cada Cantante, Dançante e Tocador de Congado e Moçambique de Ouro Preto que aqui cumprimento na pessoa de Capitão Antonio Xisto, nosso Capitão-Mor, obrigada pela permissão e acesso. A todos que já viram bakulos, minha gratidão e respeito a vocês, Angangas Mukixes.

“Nas contas de meu rosário eu
canto Mamãe Oxum
e falo padres-nossos, ave-marias.
Do meu rosário eu ouço os
longínquos batuques do
meu povo”

Meu Rosário – Conceição Evaristo

Resumo

A presente dissertação, realizada por meio de pesquisa etnográfica, escuta ativa e observação participante é fruto de dois anos de investigação da minha própria vivência enquanto Congadeira, Reinadeira, cantante, dançante e auxiliar do Guardião do Trono Coroado do Reinado de Ouro Preto/MG. Aqui apresento um panorama de como se deu a resistência, ressurgência e preservação das memórias dos Grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto nos últimos vinte anos, fazendo um recorte temporal de 2003 a 2023. Manifestações seculares da cultura e da religiosidade negras em Ouro Preto, o Congados e Moçambique são provas incontestes da resistência africana e afrodiaspórica presente nos saberes, fazeres, costumes e celebrações destes grupos no supracitado município fazem desse processo de retomada e reorganização de suas ações no momento também de estabelecer novas redes de relações e de manutenção de suas práticas religiosas, culturais e sociais, que ao longo dessa pesquisa também serão apresentadas.

Palavras –chave: Congado; Moçambique; Resistência; Memória; África, Ouro Preto, Minas Gerais.

Abstract

This dissertation carried out through ethnographic research, active listening and participant observation, is the result of two years of investigation into my own experience as a Congadeira, Reinadeira, singer, dancer and assistant to the Guardian of the Crowned Throne of the Reinado of Ouro Preto/MG. Here I present an overview of how the resistance, resurgence and preservation of the memories of the Congado and Mozambique Groups of Ouro Preto took place over the last twenty years, taking a time frame from 2003 to 2023. Secular manifestations of black culture and religiosity in Ouro Preto, Congados and Mozambique are indisputable proof of the African and Afro-diasporic resistance present in the knowledge, practices, customs and celebrations of these groups in the aforementioned municipality, making this process of resumption and reorganization of their actions also a time of establishing new networks of relationships and maintaining their religious, cultural and social practices, which will also be presented throughout this research.

Keywords: Congado; Mozambique; Resistance; Memory; Africa, Ouro Preto, Minas Gerais.

Lista de Figuras

Figura 1-Capa do Livro de Simão Ferreira Machado, feito por encomenda da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos do Pilar em 1733, descrevendo minuciosamente a Festa do Triunfo Eucarístico.	32
Figura 2-Cartaz da Festa do Rosário de 1993 em Ouro Preto. Acervo Arquivo Público Municipal. Imagem digitalizada e cedida pela funcionária Poliana Renata de Oliveira. Dez.2023	42
Figura 3-(A e B) Encarte da Festa do Rosário de Ouro Preto 1993. Imagem digitalizada e cedida por Poliana Renata de Oliveira, dez.2023.....	43
Figura 4-(A e B) Encarte da Festa do Rosário de Ouro Preto 1994. Imagem digitalizada e cedida pela funcionária Poliana Renata de Oliveira, dez.2023.	43
Figura 5- Capa do livro da Comissão Oupretana de Folclore, lançado em 2014. Foto: Acervo Sidnéa Santos.	46
Figura 6- Ofício encaminhado pela professora Solange Palazzi à Secretaria de Cultura de Ouro Preto em fevereiro de 1994, pedindo pela revitalização e manutenção das tradições culturais do dito município. Acervo Arquivo Público Municipal. Foto: Sidnéa Santos. Dez.2023.	47
Figura 7.- A Rainha do Congado de Miguel Burnier, Maria Efigênia Correia Pamplona, em sua residência trazendo nas mãos a foto de seus pais, Pedro Correia Pamplona. o S. Pedro é tiso como o fundadr do Congado no referido distrito. Foto: Acervo da Pesquisadora.	48
Figura 8- Festa do Congado do distrito de Miguel Burnier, década de 1980. Acervo da Comunidade.	49
Figura 9- Idem à anterior.....	49
<i>Figura 10- Registro do fotógrafo Alexandre Martins em 1983, durante apresentação dos Congados de Ouro Preto no Largo de São Francisco, centro de Ouro Preto. Na foto, apresentação do Congado do distrito de Miguel Burnier Imagem cedida pelo autor.</i>	<i>50</i>
Figura 11-Rei e Rainha Coroados do Congado de Miguel Burnier durante festa dos Congados de Ouro Preto. Registro do fotógrafo Alexandre Martins em 1983, durante apresentação dos Congados de Ouro Preto no Largo de São Francisco, centro de Ouro Preto. Imagem cedida pelo autor.	50
Figura 12- Resistência e Memória antepassada. Festa do Reinado 2023. Foto: Sidnéa Santos	53
Figura 13- Figura 12 - Cartaz da Festa do Rosário de Miguel Burnier do ano de 1976. Acervo Igreja Sagrado Coração de Jesus. Foto: Aldo Araújo.	57
Figura 14- Capitão Rodrigo Alvarenga Passos e Capitã Kátia Silvério durante a Festa do Reinado de 2019. Foto: Zé Du Monte	63
Figura 15- Seu Zé Buião(in memorian). Foto: Acervo pessoal da pesquisadora.	65
Figura 16- À esquerda o saudoso Capitão Cocó (in memorian), da Guarda de Congo de Santo Antônio do Salto. À direita Capitão Antônio Xisto, de Migue Burnier. (Acervo pessoal da pesquisadora).....	65
Figura 17- Dona Dirce Xavier carregando a bandeira do Congado do Salto em apresentação no próprio distrito em julho de 2023. (Acervo pessoal da pesquisadora)	66
Figura 18- Festa do Reinado do Congado Manto Azul, no bairro Santa Cruz 2023. Fots: Sidnéa Santos	68
Figura 19- Capitã Cistiane dirante festa do Freiando do seu grupo, Congo Manto Azul de N. Sra d Rsário e N. Sra Aparecida, bairro Santa Cruz, 2023. Foto: Sidnéa Santos.....	69
Figura 20-Congado de N. Sra. Do Rosário e N. Sra. das Graças da APAE. Acervo da pesquisadora	73
Figura 21 -Capitã Silvania e o Congado da APAE na escola Marília de Dirceu durante o Festival de Inverno 2023. Foto: Sidnéa Santos.....	74
Figura 22- Moçambique do Alto da Cruz durante cerimônia de arriamento dos mastros no encerramento da Festa do Reinado em Ouro Preto em 2024. Fot: Acervo da Pesquisadora.	76

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1. Vozes de N'Goma: As festas negras brasileiras na Historiografia.....	20
1.1 A abordagem historiográfica sobre as Festas Negras no Brasil: o caso de Ouro Preto.....	26
Capítulo 2: Som do Tambor: o passado que nos move	39
2.1 Os grupos de Ouro Preto investigados	54
2.1.1 Congado de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito de Miguel Burnier	54
2.1.2 Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz	58
2.1.3 Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Santo Antônio do Salto.....	64
2.1.4 Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora Aparecida do Bairro Santa Cruz	66
2.1.5 Congado de Nossa Senhora do Rosário e N. Sra. das Graças da APAE	70
2.1.6 Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia e São Benedito do Alto da Cruz	75
Capítulo III: Desafios: as contas do Rosário, lágrimas de esperança.....	77
Considerações Finais	83
Glossário Reinadeiro.....	87
Fontes, arquivos e acervos consultados	97
Referências Bibliográficas	98

Introdução

*“É devagar, eu vou devagarinho, Senhora do Rosário que me mostra o caminho”
Canto de Congo e Moçambique*

Essa dissertação é o resultado do processo de investigação realizado por mim, por meio da pesquisa etnográfica e da observação ativa enquanto detentora-pesquisadora sobre grupos de Congado e Moçambique do município de Ouro Preto/MG, tendo como foco principal a ressurgência desses grupos nos últimos vinte anos (2003-2023). A Etnografia me permitirá realizar um estudo descritivo desses grupos, suas características sociais, culturais, religiosas, antropológicas considerando que, por ser participante de um deles, por ser Congadeira e Reinadeira terei na observação participativa mecanismos de fazer registros descritivos e visuais que subsidiarão este trabalho. Busquei identificar e problematizar aspectos da resistência africana e afrodiaspórica presente nos saberes, fazeres, costumes e celebrações destes grupos, entendendo-os como manifestações seculares da cultura e da religiosidade negras em Ouro Preto.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro deles, intitulado “*Vozes de N’goma*”, tratarei das festas de Reinado no Brasil do século XVIII, apontando como essas festas surgiram ainda no Brasil Colônia. A palavra *N’goma* em Kimbundo, língua de matriz bantu falada em vários países e localidades africanas, significa tambor, e por isso foi escolhida para dar nome ao primeiro capítulo dessa pesquisa, pois é o som do tambor que nos move, que nos faz cantar e dançar nas celebrações reinadeiras. Quando um capitão de Moçambique por exemplo profere a frase “Chora N’goma”, ele está reverenciando nossos antepassados negros e nossas divindades dizendo “ toca tambor”.

Autores como Marina de Mello e Souza (2006), Julita Sacarano(1978) e Caio Boschi (1986), assim como viajantes que passaram por Minas Gerais e Vila Rica no séculos XVIII e XIX, serão abordados, no intuito de entender como as festas do povo preto se organizavam na sociedade escravocrata colonial e imperial, para entendermos como essas manifestações existem e resistem nos dias atuais.

Aqui ressalto os motivos de não trabalhar com uma única guarda, trabalho esse que em termos práticos seria mais tranquilo de ser realizado. Como *Reinadeira*, eu jamais poderia estratificar dentro da minha própria comunidade, quem deveria ou não compor esse trabalho, uma vez que foi necessária a resistência de todas as guardas para que nossas festas e celebrações e fossem visibilizadas, respeitadas pela sociedade e continuassem a acontecer. De minha parte,

seria extremamente desrespeitoso, com as demais guardiães, elencar somente alguns atores, cerceando aos demais seu espaço e protagonismo nesse trabalho. Por esse motivo, nessa dissertação apresento as Guardas de Congo e Moçambique, da sede e dos distritos de Ouro Preto, que são os seguintes grupos: Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do distrito de Miguel Burnier, Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito do distrito de Santo Antônio do Salto, Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças da APAE, Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora Aparecida do bairro Santa Cruz, Moçambique de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia do Alto da Cruz.

Ao me referir aos grupos de congo ouropretanos, os designarei Congados, evitando o uso do termo no “congada”¹, trazido em textos de viajantes do século XIX e extremamente utilizado por modernistas e folcloristas no Brasil da primeira metade do século XX, muitas vezes de forma jocosa e pejorativa, como forma de diminuir, subvalorizar, ridicularizar ou de colocar como igual as manifestações dos Congados Brasil a fora, sobretudo quanto o projeto de higienização da população brasileira foi colocado e praticado a partir de 1911. Tratar nossas manifestações como “folclore”, “teatro”, “encenação”, “folgado”, “espetáculo” foram formas de nos tornar invisíveis ou de menosprezar nossas práticas culturais e religiosas afro-brasileiras.

O texto aqui apresentado está para além da escrita acadêmica puramente com suas regras e normas técnicas. É um projeto que precisa falar e ser sentido para quem o faz existir. Ele precisa de uma linguagem que muitas vezes a academia com sua “epistemologia” não concede, e talvez esse seja um dos grandes desafios de se falar de memória e resistência de grupos que historicamente foram silenciados.

Por vezes, a escrita ocorreu em primeira pessoa, pois falar da memória e resistência dos Grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto é falar da minha própria história. Ao usar o termo “pisa nesse chão devagarinho”, remonto também a todas as questões ancestrais, sociais e ambientais que envolvem o tema dessa pesquisa. Sem o respeito à mãe terra e à natureza, nossas práticas inexistem. Precisamos das árvores, do vento, do fogo, do ar, do mar. Como bem disse Ailton Krenak (2021), “o futuro é ancestral ou não será”. Nos toques do nosso tambor tem o “sobe serra”, o “desce serra” e é triste ver as serras sumindo em prol de um desenvolvimento imposto pela mineração “sustentável”, que força nossas comunidades ao êxodo, muitas vezes,

¹ Devido controle de termos de indexação dos documentos, realizado pela UFOP e por grandes instituições e bases de dados, tanto nacionais quanto internacionais, como a Biblioteca Nacional, Library of Congress, DeCS - Descritores em Ciências da Saúde, Thesaurus Brasileiro da Educação, dentre outras, o termo aparece na ficha catalográfica pois não tive permissão pra alterá-lo.

interferindo e/ou interditando suas práticas religiosas e culturais, como é o caso de Miguel Burnier atualmente, assunto que trataremos mais à frente.

Cresci brincando na terra, vendo minhas avós aproveitarem cada cantinho do terreiro pra fazer um canteiro de legumes e verduras, um cercado para patos e galinhas, agradecendo a São Benedito pelo alimento e a Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário pela vida, por mais difícil que fosse *viver*. Cresci ouvindo palavras que, por vezes, infelizmente, não compreendi, ditas pela minha bisavó D. Maria do Carmo, natural de Piranga, mulher negra de pele retinta, ex-escravizada, que voou pro *Riulu*² aos 87 anos e que, certamente, tinha em seu vocabulário palavras em línguas Bantu (Kicongo, Kimbundu e Umbundu, por exemplo) que só agora a gente sabe a importância. Cresci ouvindo minha mãe, D. Efigênia Martins, entre uma história e outra sobre sua infância/adolescência na vida rural em Piranga, contar das roupas que meu avô João Vicente usava no Congado de Nossa Senhora do Rosário de Piranga, com seu capacete cheio de espelhos e longas fitas coloridas. Vó Natalina o acompanhava, com sua blusa branca alvejada na folha de pita e saia de chita, roupas lavadas na margem do rio Piranga, no “Roncador”. Entre uma história e outra, ela lembra alguns versos como “*nós estamos aqui para ver a Mãe de Deus, para ver, para ver, para ver a mãe de Deus*”, música que com lágrimas nos olhos já ouvi Capitão Xisto de Miguel Burnier também cantar, provando que no mar de serras dessa Minas Gerais, o corpo-navio e seu “coração de marujo” transcendem limites, extrapolam caminhos e se partilham, mantendo vivas fé e tradição.

As festas de Congado e seus reinados em Piranga/MG, (antigo arraial de Guarapiranga-terra do rio vermelho) também remontam ao período da escravidão no século XVIII. Piranga teve três irmandades dos Rosário dos Pretos. Uma na sede, outra na capela filial de Santo Antônio do Calambau e outra na capela filial do arraial de Bacalhau. A capela do Rosário dos Pretos da sede do atual município de Piranga, hoje está completamente desfigurada por uma construção moderna, que no século XX destruiu o templo setecentista.

É provável que as guardas de Congo, lá chamadas de Bandas de Congado, tenham surgido por volta de 1758, com grandes festejos em honra à sua padroeira, Nossa Senhora do Rosário, durante as festas de inauguração da capela de Nossa Senhora da Conceição.

A famosa “Fincada de Mastro” aconteceu em dezembro de 1758, na praça do Rosário, simbolizando uma homenagem à padroeira do antigo arraial de Guarapiranga, no dia 08 de Dezembro de 1758, dia dedicado a Nossa Senhora da Conceição. A partir desta data, ocorrem

²Palavra em Kimbundo que significa lugar no mundo espiritual onde se reúnem os nossos Bakulos (ancestrais em língua Kimbundo) após a morte do corpo físico. O correspondente a Orum ou Aruanda para os Yorubas. Lugar no mundo espiritual onde se reúnem os nossos Bakulos (ancestrais).

a tradicional festa do Mastro, logo após as festas do Rosário, que iniciavam a partir do dia 07 de outubro (dia de Nossa Senhora do Rosário), e terminavam no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, com retirada do Mastro. Com o passar dos anos, foram fundadas várias outras bandas de Congo, provenientes dos antigos quilombos das regiões que possuíam maiores números de escravos, tais como, a região da Barra, Roncador, Santo Antônio do Guiné, Angu, Pirapetinga, Cunhas, etc. Os componentes da Banda de Nossa Senhora do Rosário eram da Vila do Carmo, do Quebra e da Barra.

Hoje, como dançante, cantante e auxiliar do Guarda-Coroa do grupo de Moçambique do Alto da Cruz, ressignifico todas essas memórias, presentes no meu “DNA” de mulher afro-ouropretana.

Territórios oriundos da mineração de ouro e pedras preciosas no século XVIII, Piranga e Ouro Preto tem suas histórias pautadas da vinda e na vida de africanos escravizados para o trabalho na extração dos metais preciosos. No século XIX, essa presença negra passa a ser registrada por viajantes como Rugendas, Spix e Martius, Saint-Hilaire, Debret dentre outros³.

Os grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto, ao ressignificarem suas práticas culturais e religiosas, fazem renascer as festas negras no município. O que esses grupos produzem não se resume a seus reinados na Festas do Rosário. Trata-se de reencontros de mestres e mestras que mantêm viva nossa cultura imaterial e é essa discussão que pretendemos evidenciar, falando desses grupos que, por meio de sua prática religiosa, fundamentada em sua ancestralidade africana, tem salvaguardando saberes, práticas, contidos e ritos, e tem estabelecido, em tempos de internet e mídias digitais, uma nova forma de resistência cultural reconectando passado e presente.

Nesta pesquisa, os grupos a serem estudados são formados por pessoas que historicamente, num país como o Brasil, foram marginalizadas social, religiosa, cultural e economicamente, sendo por vezes tratados apenas como exóticos ou folclóricos, nunca como produtores/detentores de cultura e ciência.

Neste trabalho busco interligar memórias e temporalidades ao abordar comunidades majoritariamente negras e periféricas que precisam manter vivas suas tradições, numa sociedade cujo pensamento predominante ainda é branco e eurocentrado.

³Desde o século XVIII e, de forma mais intensiva, no século XIX, a partir de 1808, com a fuga da família real portuguesa para o Brasil, várias missões científicas com naturalistas, botânicos, cronistas, mineralogistas e pesquisadores de diversas áreas foram recebidos no Brasil. Ingleses, franceses, alemães, austríacos, dentre outros, compuseram essas missões que desbravavam os territórios brasileiros de norte a sul, de leste a oeste.

A escolha do título, diretamente ligado ao *canto encanto* de Clementina de Jesus, carrega também as heranças antepassadas dos povos de Angola, de onde um dos mais assustadores números de pessoas escravizadas foram trazidas para Minas Gerais. O porto de Luanda foi de onde milhares de africanos viram por último sua terra natal, mas é também em Angola que, Nzinga Mbandi (ou Jinga), a mulher rei, heroína de Angola cravou no nosso DNA o significado da palavra resistir, como analisa Bracks(2018). Nos Congados e Moçambiques aqui estudados, objetos rituais como gungas e pantagomes⁴ estão diretamente ligadas à cultura do povo angolano que cruzou o Atlântico e permanece viva até os dias de hoje nas manifestações reinadeiras.

É nosso objetivo abordar as principais dificuldades enfrentadas pelos grupos de Congado ou Moçambique ativos. Questões que envolvem desde respeito às práticas realizadas por esses grupos em suas festas, direito de tais grupos de entrar nos templos construídos pelas irmandades negras das quais fazem parte, a luta contra a folclorização de seus ritos e cerimônias, além das questões financeiras para manutenção de instrumentos, roupas e calçados, até horário de trabalho dos integrantes, que, muitas vezes, não permite a participação do grupo completo nos dias em que há festejos, pagamento de visitas ou apresentações.

Para falar de memória e resistência dos congadeiros de Ouro Preto é preciso evocar memórias ancestrais e antepassadas que são a causa imediata da preservação dos costumes e tradições que esses grupos mantêm, sobretudo de 2003 em diante. As pessoas, os lugares e os acontecimentos são o que constituem o que chamamos de memória. Nos ampara nessa pesquisa também as análises sobre tradição e memória produzidas por Amadou Hampâté Bâ (2010), que dedicou a vida ao estudo das sociedades africanas subsaarianas. Ao falar de tradição e memória nas sociedades africanas, onde a oralidade vem antes da escrita, ou seja, onde valor da palavra é o valor do caráter do indivíduo, é valor moral e ao mesmo tempo divino, o autor nos aponta que “a tradição africana, portanto concebe a fala como um dom de Deus. Ela é ao mesmo tempo divina no, sentido descendente e sagrada no sentido ascendente”. (HAMPATÊ BA, 2010, p.183). Hampatê Ba (2010) nos explica ainda que, nas sociedades africanas por ele estudadas, como no Mali, “a fala tem o poder de conservação ou ruptura da harmonia do homem consigo mesmo e com o mundo no qual está envolto; por isso, a mentira constitui nessas sociedades um crime de natureza moral que atenta contra a coesão de toda a estrutura da sociedade.” (HAMPATÊ BA, 2010, p.185)

⁴ Vide Glossário anexo.

Nas nossas histórias transatlânticas, o povo negro diaspórico manteve seus costumes e tradições que foram repassadas aos seus descendentes afro-brasileiros. Tomar a benção aos mais velhos e honrar a palavra dada com mais importância do que se tivesse assinando um papel são práticas que resistem até os dias atuais, principalmente em comunidades tradicionais e em quilombos. Sem nossa memória antepassada não conseguimos viver o presente. Precisamos da prática frequente ou habitual a que chamamos de costume para que a tradição possa existir, pois a tradição nada mais é que a transmissão de costumes por meio da oralidade.

"Na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que queima" (HAMPATÊ BÂ, 2010, p.185). Essa afirmação do malinês Hampâtê Bâ (2010) pode ser traduzida como o fio condutor no que toca as relações entre os integrantes das guardas de Congo e Moçambique. São os mais velhos que detêm a sabedoria e a repassam, são eles os mais importantes porque os mais novos só podem aprender a partir do ensinamento de seus mais velhos.

Aqui o pensamento e o *modus operandi* eurocentrado não conseguem operar, porque a cosmovisão herdada não é europeia, não cabe nos conceitos europeus de ensino/aprendizado, como Muniz Sodré (2017) bem explicita em "Exu reinventa seu próprio tempo". Nesse processo africano e afro-brasileiro de transmitir conhecimento e sua prática não está encerrada nos livros. É preciso viver e conviver de forma circular e espiralada com os seus para aprender e um dia repassar o que aprendeu.

O trabalho desenvolvido pela Prof^a Dr^a Janete Flor de Maio Fonseca sobre a população negra na Ouro Preto do século XIX em muito corroborará no desenvolvimento desse trabalho, uma vez que nos permitirá entender como a população negra se organizou aqui. Fonseca (2022) nos traz a dimensão da presença de homens e mulheres negros, para além da falsa ideia de harmonia na cidade, do período colonial aos dias de hoje.

Uma falsa harmonia que continua tentando invisibilizar os corpos negros, uma vez que as cidades foram construídas por esses corpos, mas não para esses corpos. Entender como esses corpos resistem e reexistem na cidade, sobretudo, nas áreas que Fonseca (2022) denomina "coloniais e portuguesas", é necessário para compreendermos a pluralidade dos corpos pretos nesses espaços onde não eram bem-vindos para a convivência social. Trata-se de considerar as estratégias de sobrevivência como temática relevante para o conhecimento histórico e os corpos negros não como objetos, mas como sujeitos de sua própria história, com permanências e mudanças dentro do espaço da cidade que não os enxerga.

Ao trazermos essas abordagens estamos, também, identificando e problematizando aspectos da resistência africana e afrodiaspórica presente nos saberes, fazeres, costumes e

celebrações dos grupos de Congado e Moçambique no município de Ouro Preto no tempo presente para entender como essas manifestações conseguem resistir, (re)organizar-se socialmente, superar obstáculos e manter viva uma tradição que, por muitas vezes, correu o risco de ser extinta em nossa região.

O segundo capítulo, *Som do Tambor: o passado que nos move*, busco dialogar com autores e autoras como Leda Maria Martins (1997), Glaucia Lucas (2002), dentre outros, com o objetivo de problematizar como as memórias antepassadas se instalam no corpo e na voz dessa “fé que canta e dança” para continuar existindo. As necessárias afrografias teorizadas por Martins (1997) evidenciam elementos necessários para a memória socialmente compartilhada entre os congadeiros se fundamente. “Nossa fé canta e dança, bate tambor, transmite esperança, nossa fé vem de longe, vem de lá de África” nos diz Mamemtu Marize Ferreira, mãe dos Capitães Kedison e Kátia, Mãe da Rainha Conga de Ouro Preto Karina Silvério e avós dos Capitães João, William e Emanuel (capitão mirim), todos da família Silvério. Vó Marize, como é carinhosamente chamada, é a mais velha que comanda com sua força o grupo de Moçambique do Alto da Cruz dimensiona a importância das nossas manifestações no dia a dia dos integrantes e participantes dos grupos.

Também darão embasamento nesse capítulo o trabalho da historiadora e pesquisadora Simone de Assis (2021) sobre as guardas de Congo e Catopé de São João del Rei. Assis (2021) e a dissertação de Ana Luzia da Silva Morais (2022).

Outra autora de suma importância nesse capítulo é Lívia Nascimento Monteiro (2016), que desenvolveu suas pesquisas sobre memórias da escravidão e liberdade nas festas negras dos grupos de Congado e Moçambique de Piedade do Rio Grande/MG. O município que fica na mesorregião do Campo das vertentes possui cerca de 4.500 moradores e tem sua história diretamente ligada ao passado escravista e tem nas festas de reinado dedicadas a São Benedito, Senhora das Mercês e Senhora do Rosário, os mecanismos de resistência do povo negro frente à dominação branca católica-cristã.

No Capítulo 3, “Desafios: as contas do Rosário, lágrimas de esperança”, aponto as questões relacionadas à manutenção e continuidade dos grupos analisados na pesquisa. de como esses grupos fazem pra se manter e continuar (r)existindo.

Capítulo 1. Vozes de N’Goma: As festas negras brasileiras na Historiografia

“Foi agora que eu cheguei dá licença, foi agora que eu cheguei, dá licença...”

Canto de chegada

A história oficial de Ouro Preto/MG, cidade “Patrimônio Cultural da Humanidade”, costumeiramente, evidenciou os feitos portugueses e a cidade, tratada, convencionalmente, como a “pérola do barroco mineiro”, nascida com a exorbitante exploração de ouro em fins do século XVII e durante todo o século XVIII. Nesse período, conforme nos traz Ferreira (2017) em sua dissertação sobre o patrimônio da mineração de ouro na Serra do Veloso, a grande maioria da população das Minas Gerais era composta por africanos vindos principalmente da chamada Costa da Mina (ou Costa do Ouro, Costa dos Escravos). Todo processo de extração de ouro no Brasil do século XVIII e XIX é um processo que se estrutura em pressupostos da sabedoria africana de mineração. Portugueses e paulistas não conheciam técnicas apuradas e eficazes de mineração, como bem explicita por Ferreira (2017).

Os povos originários extraíam dos rios somente o ouro necessário para suas atividades, sem a ganância da acumulação e riqueza vislumbrados pelos europeus. As rotas de comércio portuguesas que passavam pela costa africana e diversos outros pontos nas possessões coloniais portuguesas em África vão permitir que eles estabeleçam contato com povos que há séculos já dominavam os processos de mineração, metalurgia e siderurgia (ouro, ferro, bronze e pedras preciosas), além da tecelagem, agricultura e agropecuária.

São esses os povos africanos, que habitavam a região que hoje compreendem os atuais países de Nigéria, Gana, Togo, Burkina Faso, Benim, Gabão, Camarões, Congo, e Angola, que serão aprisionados e escravizados. Uma vez em terras brasileiras, serão levados para as regiões de mineração do ouro e por meio de seu conhecimento e experiência, vão extrair dos morros, vales e serras o ouro, os diamantes e pedras preciosas que vão enriquecer Portugal e por consequência, a Inglaterra.

A partir do século XIX ocorre a mudança do viés da mineração do ouro para o minério de ferro, que segue pelos séculos XX e XXI, mas ainda assim, a história local continua contada somente do ponto de vista do colonizador.

Por vezes ignorada, invisibilizada e subvalorizada, a presença africana em nossa região foi a condição *sine qua non* para que fosse possível extrair ouro em Minas Gerais. Foram as técnicas, sabedorias e tecnologias africanas que permitiram a retirada do metais e pedras

preciosas, e o acúmulo de riqueza por parte dos portugueses. A fama da descoberta do ouro fez com que rapidamente a região de Vila Rica ganhasse fama internacional. Muitos aventureiros e viajantes vieram para o famoso “eldorado mineiro”, a tal ponto de Portugal criar regras e limitações para essa vinda, tamanha era a fama de enriquecimento rápido que “as minas gerais” propiciavam. O que não era dito era que para extrair o ouro e os diamantes que geravam tal facilidade de enriquecimento, era preciso uma grande quantidade de escravizados trabalhando nas minas, africanos e descendentes que aqui resinificaram práticas religiosas e culturais como mecanismo de sobrevivência e de re-existência.

É desde os primórdios das “Minas Gerais” que junto com a população negra uma série de usos e costumes africanos cruzam o mar na memória dos corpos agora escravizados e se tornam parte construtora da nossa identidade, da nossa cultura e da nossa tradição. Dentre esses costumes está a cerimônia da coroação de reis e rainhas negros, espinha dorsal dos grupos trazidos para esse trabalho. Para melhor entendimento do que acontece em Ouro Preto, traço a seguir um breve panorama sobre como as questões ligadas à preservação do patrimônio foram abordadas aqui a partir de meados do século XX.

O decreto Lei 25, de 30 de dezembro de 1937, foi a primeira lei nacional criada para organizar a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁵. Num país vasto e culturalmente diverso como o Brasil, que tinha desde a “independência” em 1822 as bases de formação de “sua identidade nacional” sendo construídas pela elite e não pelo povo, a preservação de saberes, fazeres, tradições, paisagens, objetos, etc, se fazia necessária e urgente. Porém, arraigadas ainda em bases elitistas e orientada por ideais de uma mentalidade europeizada na seleção de os bens que deveriam ser preservados e salvaguardados como patrimônio. A cultura negra e indígena foi tratada nesse momento pelo viés do *folclórico* ou *exótico*, e por conta do preconceito e do racismo muitas das nossas tradições foram ignoradas, não amparadas ou generalizadas, como se ocorressem de forma homogênea, sem as particularidades e singularidades de cada povo e lugar nesse país imenso. O “movimento modernista” se torna a vanguarda da “construção da identidade nacional, da arte e da cultura brasileiras”, visitando o interior do Brasil e criando normas e regras para preservação do patrimônio cultural brasileiro e mineiro, sobretudo o então denominado patrimônio histórico edificado, sob a alcunha de “barroco mineiro”, ganha então projeção internacional. A caravana modernista passa por Ouro Preto no início de 1924 e é a partir desse olhar que muito do que até preservado ainda nos dias de hoje é tido e visto como “patrimônio”. A célebre frase dita pelo

⁵ Em 1937 é criado no Brasil o SPHAN (Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que décadas depois seria transformado em instituto, o IPHAN.

grupo (deslumbrado com sua visita ao interior de Minas Gerais, passando por cidades como Ouro Preto, Mariana, São João del Rei e Tiradentes), de que estavam frente e frente com “lastro cultural de uma identidade nacional”, ao visitarem a cidades que outrora haviam sido fonte de ouro e riqueza, e que mantinham sua ‘arquitetura colonial’, seus costumes e celebrações ainda com todas as características do século XVIII, foi o que justificou todos os passos seguintes, inclusive com a criação de um órgão específico para a preservação do patrimônio “histórico” a nível nacional.

Aqui não pretendo, sobremaneira, diminuir a importância do movimento modernista, mas, trazendo para o olhar da contemporaneidade, considero necessário contextualizar e fazer entender, no campo de patrimônio imaterial, esse olhar para a preservação não tratou as manifestações negras de maneira aproximada às manifestações brancas, num recorte ainda mais específicos, como as manifestações católicas.

Fruto do processo de redemocratização do Brasil, em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal Brasileira⁶, que em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Em 14 de novembro de 1997 a Carta de Fortaleza I⁷ criou mecanismos para que os bens de natureza imaterial pudessem ser salvaguardados, considerando a diversidade, os modos de vida e representações coletivas que criam a nossa identidade cultural.

Doze anos depois da chamada Constituição Cidadã, foi instituído pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico nacional/ IPHAN⁸ em 04 de agosto de 2000, o Decreto 3551 que regulamentou nível nacional o Registro dos bens culturais de natureza imaterial que formam o Patrimônio Cultural Brasileiro. Dessa forma, de acordo com o IPHAN (2000), os bens móveis e imóveis que integram a vivência e a cultura de um povo são chamados de Patrimônio Material e sua preservação está ligada às ações de interesse público para salvaguarda e proteção, considerando a importância artística, histórica, bibliográfica, paisagística ou etnográfica do prédio ou objeto em questão. O mesmo vale para o que ficou definido como Patrimônio Imaterial, onde são tratadas as celebrações, festas, modos de fazer, saberes e demais manifestações inerentes a um povo, mas que podem sofrer constantes modificações, uma vez que não são estáticas como prédios e objetos e podem ser diretamente afetadas pelas mudanças

⁶ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 02 jul. 2023.

⁷ <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>- Acesso em 04/04/2023

⁸ O Antigo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) criado em 1937 se torna IPHAN na década de 1980.

no ambiente e na paisagem. Exemplos recentes de danos irreparáveis ao patrimônio imaterial de uma comunidade podem ser dados ao analisarmos os rompimentos de barragens de mineradoras, como ocorreu em 2015 em Bento Rodrigues (Mariana/MG)⁹ e em 2019 na cidade de Brumadinho/MG, pois por mais que se reconstruam espaços físicos semelhantes ou idênticos ao que foi perdido no crime ambiental, foi modificada a vida das pessoas, o lugar onde moravam, seus costumes diários, sua vizinhança e seus mestres e mestras detentores da sabedoria, que por vários motivos podem não mais realizar suas festividades, encontros e celebrações por exemplo, pois o patrimônio imaterial está diretamente e associado à diversidade cultural do povo brasileiro e para continuar existindo, precisa ser transmitido de geração em geração. É o sentimento de pertencimento e identificação que o mantém vivo e qualquer alteração na materialidade que dá suporte ao patrimônio imaterial traz prejuízos e, por vezes, até a extinção do bem, como explica Leitão (2011) em trabalho que discute sobre questões patrimoniais em contexto da mineração.

O inventário, registro e/ou tombamento de bens pelo IPHAN é feito por meio nos chamados Livros de Tombo, que se classificam da seguinte maneira: Livro de Tombo Histórico, Livro de Tombo da Belas Artes, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Atualmente, no Estado de Minas Gerais, além do IPHAN, o IEPHA¹⁰ (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) também é um dos órgãos responsáveis pela preservação. Muitos municípios brasileiros tem secretarias que cuidam do inventário, registro e tombamento de bens também a nível municipal.

O município de Ouro Preto, seguindo as orientações nacionais regulamentadas pelo decreto 3551/2000 e as orientações do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial do IPHAN, instituiu, em 2002, o registro municipal de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, através da Lei Municipal 17/02¹¹, referendada posteriormente pela Lei Municipal 59/05¹².

Em setembro de 2002 foi criada pela sociedade civil em Ouro Preto a Comissão Ouropretana de Folclore¹³ (no mesmo ano em que foi sancionada a lei 17/02). A instituição surgiu com a missão de salvaguardar os grupos de manifestação cultural tradicional de Ouro Preto, visto que muitos destes grupos estavam com suas atividades paralisadas.

⁹ Ver mais em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3367> . Acesso em 11 jan.2024.

¹⁰ <http://www.iepha.mg.gov.br>

¹¹ Lei Municipal 17/02 disponível em <https://cmop.mg.gov.br/leis>

¹² Lei Municipal 29/05 disponível em <https://cmop.mg.gov.br/leis>

¹³ Entidade criada com o intuito de auxiliar na revitalização e salvaguarda dos grupos de manifestação Cultural tradicional de Ouro Preto.

A partir de 2003, congadeiros e reinadeiros de Ouro Preto iniciaram um processo de retomada e reorganização de suas ações, passando a atuar ativamente na vida religiosa, social, cultural e política do município de Ouro Preto, estabelecendo novas redes de relações e de manutenção de suas práticas.

Em Ouro Preto/MG, embora já existissem as leis 17/02 e 59/05, citadas anteriormente, somente em 2006 teve início a primeira ação voltada para inventariar um bem imaterial e para elaborar um dossiê para o seu registro como patrimônio imaterial. Após dois anos de trabalhos e pesquisas, a *Produção Artesanal de Doces de São Bartolomeu*¹⁴ se tornou, em 2008, patrimônio cultural imaterial de Ouro Preto, sendo registrada no Livro de Saberes e Celebrações do Município. A legislação feita pelo IPHAN prevê que a cada 10 anos ocorra a revalidação dos títulos de patrimônio imaterial concedidos.

Posteriormente, foram registradas na esfera municipal: a *Festa de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra* (2009), realizada no distrito de Santo Antônio do Salto; as *Cavalcadas de Amarantina* (2011), a *Celebração em honra ao Divino Espírito Santo em São Bartolomeu* (2014), *Ofício de Rendeiras e Bordadeiras do município de Ouro Preto* (2019) e *A Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz* (2019).

Nesta pesquisa busquei, por meio de fontes escritas, imagéticas e etnográficas trazer a questão da resistência africana por meio da fé e da devoção com os grupos de Congado e Moçambique, fazendo um recorte temporal de atuação desses grupos no município de Ouro Preto entre os anos de 2003 e 2023. Essas fontes estão no meu próprio acervo de fotografias das festas do Rosário de Ouro Preto desde 2006, nos registros da Comissão Ouropretana de Folclore, da Associação Amigos do Reinado (AMIREI), nos acervos do Arquivo Público Municipal, nas imagens também captadas por outros fotógrafos, nos documentários produzidos pela TV UFOP¹⁵ e nas possíveis matérias de jornais diversos sobre o tema abordado.

Ouro Preto possui grande número de grupos de manifestação popular tradicional, onde podemos destacar as Folias de Reis, Pastorinhas, Cavalcadas, Bandas, Escolas de Samba dentre outros. Têm destaque nessa dissertação as Guardas de Congo e Moçambique, na sede e nos distritos de Ouro Preto, envolvendo os seguintes grupos: Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do distrito de Miguel Burnier, Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito do distrito de Santo Antônio do Salto, Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das

¹⁴ <https://www.secult.mg.gov.br/noticias-artigos/131-antigas/5472-producao-de-doces-artesanais-de-sao-bartolomeu-tem-titulo-de-patrimonio-cultural-imaterial-revalidado> Acesso em 11 jan.2024.

¹⁵ CONGADEIROS. Direção de Eduardo Moreira e Leandro Masson. Ouro Preto: TV UFOP, 2018. 1 DVD

Graças da APAE, Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora Aparecida do bairro Santa Cruz, Moçambique de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia do Alto da Cruz. Vale lembrar, as reflexões da pesquisadora e reinadeira Sueli do Carmo Oliveira (2011)¹⁶, ao evidenciar que as denominações *guardas, grupos, termos ou cortes* se referem aos os grupos de congado formados por dançantes, capitães, guarda bandeira e coroados. Essas manifestações recebem nomes diferentes, de acordo com a função, tipo de canto e dança que realizam, e aqui são chamadas Moçambique, Congo, Vilão, Catopé, Marujo, e Caboclinho. Para melhor compreensão dos termos utilizados nessa pesquisa, apresentarei como anexo um Glossário com termos, comumente, utilizados em tais grupos. O Glossário tem a finalidade de auxiliar o leitor na compreensão da dimensão e as diferenças de terminologia e simbologia que surgirão nesse trabalho.

A organização destes grupos enquanto estruturas sociais é de extrema importância para compreensão da hierarquia que os cerca, uma vez que cada cargo dentro dos grupos reinadeiros tem suas funções específicas. Desde o Capitão ou Capitã-mor, membro do grupo responsável pela tomada das decisões (além do Capitão ou Capitã-Mor, um grupo pode ter mais 2 ou 3 capitães, e geralmente todos vão juntos às apresentações e cerimônias, e revezam nos cantos, pontos e na condução do grupo nas apresentações), passando pelo Trono Coroado (reis e rainhas) até os tocadores, dançantes e auxiliares, cada um tem que cuidar de seu cargo com responsabilidade e respeito. É fundamental o pesquisador conhecer e entender essas diferenciações, tratando-as com igual respeito.

As guardas de Congo e Moçambique em Ouro Preto, além de seu papel social e religioso na manutenção das tradições culturais do município, fazem de seus rituais e celebrações um momento de propagação de cultura, trazendo à cidade e aos distritos outra significação cultural e religiosa. Durante os ditos rituais, as ruas, praças, adros, capelas e igrejas são tomadas pela presença desses grupos que aqui chamaremos de guardas locais (em referência específica aos grupos existentes no território ouropretano) e também guardas e grupos visitantes e convidadas, com suas cores, cantos, sons, gungas, pantagomes, agogôs, xequerês, tambores e corpos em movimento, ressignificando culturais e religiosas que são heranças antepassadas.

1.1 A abordagem historiográfica sobre as Festas Negras no Brasil: o caso de Ouro Preto

Para fins de desenvolvimento desse trabalho trataremos aqui de dialogar com a parte da bibliografia sobre as festas negras. É necessário compreender como nascem as festas de reinados negros no Brasil. Para tanto, primeiramente busco analisar como se dá, ainda em solo africano e fruto dos processos de colonização, a entronização de reis negros por meio de cerimônias agregadas a ritos católicos imposto pelo colonizador. O termo agregadas define melhor o que ocorre com as religiões de matriz africanas e a invasão europeia, que tenta subjugar o colonizado e este, por sua vez cria estratégias de resistência e, para preservar suas crenças de origem, as agrega na nova religião imposta, mas sem criar o falso sincretismo pois um santo católico jamais terá correspondente direto ou igual a um Nkisi, vodum ou orixá por exemplo. Os africanos, sabiamente resistiram e reexistiram, criaram formas de interseccionar o que lhes era imposto com o que realmente acreditavam, sem deixar a crença do colonizador absorver suas raízes. E trouxeram esse modelo de resistência para o novo mundo onde foram forçados a habitar.

Como ferramenta para o entendimento da entronização de reis em solos africanos e da distinção social advindas dessas cerimônias, Marina de Mello e Souza (2006) traz à tona a problemática do direito divino dos reis, que em várias sociedades eram associados aos feitiços e práticas mágicas, sendo os feiticeiros defendidos por alguns estudiosos como antecessores do rei, tamanha importância dessas figuras em seu meio social. Com reflexões acerca da existência da coroação de reis negros em Portugal, para onde os escravos africanos foram enviados, inicialmente, para trabalharem nas lavouras de açúcar e nos serviços domésticos. A vida destes escravizados e libertos em Portugal nos séculos XV e XVI era, em diversos aspectos, semelhantes à vida na América Portuguesa dos séculos XVII e XVIII. O que mais distinguia os escravos era a chamada herança africana, ou seja, o jeito de falar, a música, a dança e as cerimônias que realizavam quando reunidos.

Foi no âmbito das instituições religiosas católico-cristãs, que os negros encontraram maior espaço de sociabilidade no chamado *novo mundo*, uma vez que lhes eram permitido realizar cortejos e cultuar a Virgem Maria (e suas variações iconográficas), Nossa Senhora do Rosário, santos negros como Santa Efigênia, São Benedito e Santo Antonio de Noto (ou Catigeró) por meio da dança, dos cantos e das vestimentas na perspectiva dos negros. Mas essa estratégia foi usada para fins de agregar os seus e não de esquecer suas crenças e cultuas de

origem, ou de “sincretizar” suas religiões matrizes na religião católica-cristã. A circularidade presente na cosmovisão africana/bantu atua nesse contexto onde o dualismo “ser católico x ser de outra religião” opera de maneira não cartesiana. As religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras são religiões não excludentes, a contrário, acolhem e protegem todos que nelas se inserem e que delas se toram praticantes.

Nesse contexto, surge o culto a Nossa Senhora do Rosário (devoção nascida na Europa Idade Média, em países como França, Itália e Alemanha e difundida pelos Dominicanos no continente africano com o processo de colonização), invocação que os negros já conheciam desde 1494, propiciada pelo contato com os portugueses. José Ramos Tinhorão (1988), em suas reflexões sobre a aceitação do catolicismo pelos africanos, considera que tal aceite estava atrelado à exterioridade do culto, que pela assimilação de conceitos de fé. Em concordância com o autor, em sua consideração acerca dos negros de origem Bantu e Yorubá que identificavam o rosário com os objetos mágicos das religiosidades de matriz africana, como os *minkisi*, associando o Rosário de Nossa Senhora ao Ifá, objeto mágico utilizado pelos sacerdotes africanos. Na América portuguesa, uma vez organizados em irmandades leigas, os negros passam a coroar seus reis em terras portuguesas e organizar uma corte festivamente louvando Nossa Senhora do Rosário. Essas cerimônias foram iniciadas em Portugal, provavelmente, no século XVI, estendendo-se até o século XIX e, expandidas para as Américas, a partir do colonialismo português e o tráfico humano negro como parte da prática colonial em foco, permanecendo até a contemporaneidade. Ao discorrer sobre os grupos de Congado e as eleições de reis negros no Brasil como uma nova formação cultural, resultante do encontro de diferentes culturas num determinado contexto social, Souza (2006) enfatiza a constituição de novas comunidades no contexto da diáspora africana e da escravidão e aponta a existência da eleição de reis negros em várias partes das Américas. A autora aborda as possibilidades de tais coroações terem acontecido dentro e fora das irmandades religiosas, bem como nas festas oficiais da Coroa. Os reis negros muitas vezes eram escolhidos por determinado grupo africano, provavelmente em associações que se mantinham à parte da Coroa portuguesa, misturando-se às irmandades para não serem proibidas pelas autoridades. Ela também aponta a necessidade de desvendar as razões internas às culturas africanas que levaram os negros a elegerem reis em Lisboa e em partes das Américas. Pois, um dos principais ritos mantidos pelos africanos e descendentes no Novo Mundo foi a coroação de reis negros, acompanhada de danças, cantos e ritmos.

Esse novo modelo de catolicismo negro que surge na América Colonial Portuguesa durante o século XVIII traz, de forma intrínseca, diversos elementos das matrizes religiosas

africanas par e par com ritos europeus reproduzidos aqui. Nas irmandades negras A veneração às imagens por exemplo, ocorrerá concomitante ao culto ao vento, à terra, à água, ao barro, ao fogo, às folhas, às divindades que esses elementos da natureza representam na vida do africano que chega escravizado e que só tem em suas memórias e lembranças os mecanismos de resistência e resiliência necessários para sobreviver física, mental e espiritualmente ao processo da escravização.

Ainda que de maneira modificada, reelaborada, ressignificada, a simbologia da coarção de reis negros mantida pelos africanos escravizados extrapola e não é compreendida pela visão eurocêntrica que muitos ainda insistem em usar como parâmetro para entender nossas manifestações que tem no corpo, no canto, na dança e no gestual sua forma maior de realização, redenção, propagação e permanência. A própria simbologia do levantamento dos mastros nas festas do Rosário, de São Benedito, Santa Efigênia e Santo Antônio, para além de sustentar as bandeiras dos santos de devoção, são também reconexões com o sagrado pela ligação céu-terra, cíclica e atemporal, um sagrado que está na natureza, no vento que sopra e balança das folhas, na chuva que cai, no corpo que canta e dança para entrar num êxtase espiritual que a racionalidade cartesiana não entende ou compreende.

A pesquisadora Marina Bracks Fonseca (2018) é assertiva em dizer que

Para entender o Congado e suas narrativas é necessário adentrar em seus fundamentos espirituais, compreender aos aspectos religiosos, que a tudo permeiam e norteiam. Os símbolos rituais, a performance corporal, as músicas e seus instrumentos levam à inevitável associação com as tradições centro africanas (FONSECA, 2018, p.262).

Para Fonseca (2018), a compreensão do Congado desenvolve-se por meio do entendimento do complexo sistema de elementos e símbolo que estruturam a espiritualidade congadeira.

O trabalho de pesquisa aqui realizado envolve memória socialmente compartilhada e memória individual, transitando pelo limiar que separa ambas sem distanciá-las dos objetivos a serem pesquisados. Para o caso dos grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto. O trabalho, para além dos arquivos de papel, lida com os arquivos vivos, com as pessoas que detém o saber e com suas lembranças e memórias. Guardiãs e guardiões de nossa história afro-ouropretana, afro mineira e afro-brasileira e todas as suas movimentações e ressignificações de resistência e de coexistência religiosa e cultural. Contudo, para entender o contexto cultural, religioso e social desses grupos na atualidade, preciso fazer o movimento de visitar o passado.

Isso implica me entender como a produção historiográfica brasileira das décadas de 1970, 1980 e 1990 trabalhou incessantemente o tema das irmandades leigas no Brasil e na região das chamadas cidades históricas mineiras, com destaque Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João del Rei, dentre outras.

Um dos nomes desse período, que pesquisou as irmandades, confrarias e ordens terceiras (associações leigas que congregavam fiéis, interesses políticos e sociais na Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX) é Caio Cesar Boschi. A obra “Os Leigos e o Poder, de 1986, do referido historiador é, ainda hoje, um dos guias referenciais para a temática religiosa da Minas Gerais dos tempos do ouro, assim como Scarano (1978; 1994) e Souza (1999; 2004).

As décadas de 1980 e 1990 foram de uma intensa pesquisa e produção de textos, dissertações, teses e livros sobre a história da escravidão e não exatamente a história do negro, como bem pontuou a Prof. Dra. Janete Flor de Maio (2018) em suas pesquisas no projeto Memória de Negros, desenvolvidos na Universidade Federal de Ouro Preto entre os anos de 2017-2020. Inúmeros pesquisadores se debruçaram sobre arquivos e documentos eclesiásticos e oficiais para contar a história e a vida do negro escravizado, no campo e na cidade. Mas era o corpo negro “escravo“ ou “objeto de estudo”, lido pelo colonizador branco e detentor de poder como, como o corpo insubordinado, insolente, desordeiro, vadio, como bem nos traz Souza (1999; 2004). Das violências praticadas contra crianças, mulheres, quilombolas até a violência contra as práticas religiosas desse corpo negro trazido pelo tráfico negreiro e todas as “tensões sociais” que essas relações entre brancos, negros e indígenas carregavam na Minas Gerais dos setecentos moldou a nossa sociedade mineira atual, com todas as consequências sociais, culturais, religiosas, econômicas, etc, que a desigualdade racial, social, cultural presentes nessa relação provocou. E é no seio dessa relação que as manifestações dos povos negos têm que aprender a reexistir diariamente. De acordo com Souza (1999),

Nas Minas do século XVII, a religiosidade popular foi muito marcada pelas formas associativas, expressas nas irmandades, nas confrarias(..) nas festas barrocas(...)Por baixo dessa religiosidade mais definida entretanto, pulsaram práticas e formas pouco ortodoxas, em que a magia se misturava ao catolicismo, as tradições africanas se mesclando às portuguesas e muitas vezes originando sínteses novas. Contra elas se voltaram os esforços aculturadores do poder eclesiástico e do inquisitorial (SOUZA,1999, p. 200).

Alguns grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto derivam, consubstancialmente, das irmandades negras que aqui se estabeleceram no passado. Analisando

a “coesão grupal” proposta por BOSCHI (1986), percebemos muito dessa união que permanece viva até hoje nos grupos analisados aqui, mesmo que alguns deles não estejam hoje diretamente ligados a uma irmandade dentro da igreja católica.

Se no passado, como nos traz Laura de Mello e Souza (2004) era estritamente necessário ser irmão para se alcançar, mais do que a própria salvação da alma, a não marginalização, a distinção e proteção social, a não marginalização e até mesmo a segurança de ter um lugar para ser sepultado

Sueli Oliveira (2011) nos traz elucidações necessárias relativas aos estudos sobre reinados e religiões afro-brasileiras. Segundo ela, a historiografia do século XX não fez, aos reinados negros, a mesma alusão festiva que podemos encontrar nas bibliografias das irmandades negras dos séculos XVIII e XIX. No século XX, a partir da década de 1940 sobretudo, as referências às festas negras ou às “tradições populares” passam a ser tratadas pelo olhar folclórico e todas as suas consequências nas vivências desses grupos a partir dessa categorização, como relata Oliveira (2011).

Sabemos que não é possível reduzir as manifestações aqui estudadas ao mesmo olhar construído por pesquisadores do Brasil da primeira metade do século XX. O movimento feito por tais pesquisadores faz-se importante para que hoje possamos acessar esses acervos na busca de, por um lado, compreendermos a construção de leituras sobre manifestações tradicionais e populares negras organizadas em torno do “exotismo e folclorismo”, como parte do olhar das elites intelectuais urbanas acerca de tais manifestações e seus sujeitos, e, por outro, entendermos quais expressões da cultura popular negra tais intelectuais consideram dignas de registro e relevantes a serem preservadas. É inegável que a Missão de Pesquisas Folclóricas¹⁷ empreendida por Mário de Andrade entre os anos de 1920-1938 resultou numa importante coletânea de textos, músicas e fotos de várias manifestações culturais tradicionais do povo brasileiro, abarcando, principalmente, as regiões norte e nordeste, mas também com registros importantes do sudeste, com destaque para os congados mineiros da cidade de Lambari, presentes na coletânea.

Também não podemos ignorar que, sem a força das irmandades leigas, confrarias, arquiconfrarias, ordens terceiras negras, nossas manifestações talvez não teriam sobrevivido até

¹⁷Segundo informações do Centro Cultural de São Paulo: A Missão foi idealizada e organizada em 1938 por Mário de Andrade, poeta, historiador e folclorista que era então Chefe do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Nesse período, uma equipe especializada percorreu as regiões Norte e Nordeste do Brasil com o objetivo de registrar suas manifestações culturais e folclóricas. O acervo reunido consiste numa grande diversidade de instrumentos musicais, objetos de culto, peças utilitárias, fotos, reproduções de desenhos, gravações musicais e filmes que são hoje mantidos e conservados pelo Centro Cultural São Paulo- disponível em: <https://acervocsp.art.br/missao-de-pesquisas-folcloricas-de-mario-de-andrade> . Visto em 18.dez.2023

os dias de hoje, sobretudo em Minas Gerais, onde a mineração do ouro, do diamante e do ferro ditaram as regras sociais no séculos XXVII, XVIII e XIX, num cenário onde a população negra sempre foi maioria, com africanos de maioria Bantu de várias nações sedo trazidos forçadamente e tendo que resistir, reexistir e se reagrupar socialmente. As organizações religiosas negras foram essenciais para que essa população conseguisse se reorganizar nesse novo ambiente, não se limitando apenas à vida religiosa de homens e mulheres negras, mas como espaço organizativo importante para a construção de redes de solidariedade, associativismo e de ajuda mútua, essenciais para a manutenção das coletividades negras, tanto em sua dimensão material, como simbólica.

Uma vez pertencente a uma irmandade leiga, o negro escravizado ou liberto deixa de ser simplesmente um sujeito marginalizado por uma sociedade branca, e passa a ocupar um lugar de destaque social. A maioria das irmandades negras tinha em seu Livro de Compromisso bem definidos os cargos de juiz, juíza, capelão, procurador, andador, tesoureiro e escrivão, cargos esses ocupados por negros e negras conforme os estatutos dessas irmandades, além dos reis e rainhas hereditários e de festa. “Ser irmão”, participe de uma irmandade, era localizar-se em um *locus* social respeitado, inclusive, pela população branca. Grande exemplo disso foi a realização da festa do Triunfo Eucarístico realizada na antiga Vila Rica do Ouro Preto em 1733, celebrando a inauguração da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (uma irmandade branca), mas totalmente coordenada por uma irmandade negra poderosa, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homes Pretos do Caquende de Nossa Senhora do Pilar, festa essa narrada por Simão Ferreira Machado, evidenciada em Ávila(2006).

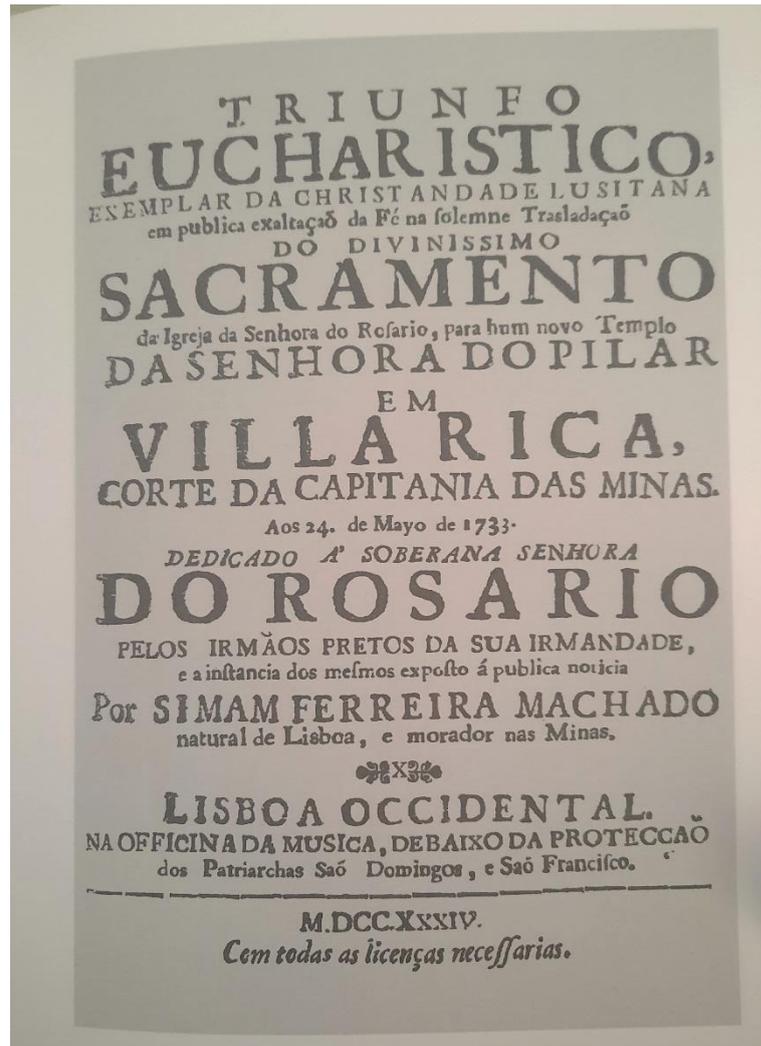


Figura 1-Capa do Livro de Simão Ferreira Machado, feito por encomenda da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos do Pilar em 1733, descrevendo minuciosamente a Festa do Triunfo Eucharístico.

Sobre as irmandades negras em Minas Gerais nos séculos XVII e XIX, Scarano (1978) aponta que,

Reunindo determinados grupos da população, uma confraria religiosa apresenta aspectos diversificados, oferecendo boa clivagem para o conhecimento de certos problemas históricos da região e, em certo sentido, de todo o Brasil. Dessas organizações, as de negros nos oferecem, a nosso ver, redobrado interesse. Congregando os homens de cor, possibilitam o conhecimento do escravo em situação diferente da que lhe é autorizada através de suas relações de trabalho, abrindo caminho para uma abordagem nova(...) “os diversos grupos irão formar-se tendo como base principal de sua divisão, a cor de pele, que se confunde em grande parte com a categoria sócio-econômica (...). O branco e o negro, o senhor e o escravo constituem os extremos da escala social e étnica, enquanto os diferentes matizes no tocante à cor da pele vão determinar os graus intermediários. O branco cria o que podemos chamar” associações de altar-mor”, construindo as igrejas mais ricas, ao passo que os pardos e negros ocupam ora os altares laterais, ora as igrejas situadas em lugares de menor destaque no aglomerado urbano (SCARANO, 1978, p. 1-37).

A compreensão de Boschi (1986) sobre a história das irmandades e demais associações leigas religiosas durante o século XVIII aponta para a intrínseca relação entre tais organizações religiosas e a própria história da província de Minas Gerais. De acordo com o historiador,

A história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades, e ordens terceiras se confunde com a própria história social das Minas Gerais dos setecentos. (...) As irmandades ofereceram para a Igreja uma dupla vantagem: foram simultaneamente gestoras e sedes de devoção, além de serem eficientes instrumentos de sustentação material do culto [...] substituíram o papel precípua do clero, como agentes e intermediárias da religião. No segundo momento, arcando com os onerosos encargos dos ofícios religiosos, eximiram esse mesmo clero de combater a instituição do Padroado régio [...] além de aliviar o Estado do compromisso de aplicação dos dízimos eclesiásticos recolhidos na implementação do culto religioso, os irmãos leigos acabaram por absorver a responsabilidade dos serviços de toda a população colonial (BOSCHI, 1986, p.93).

Na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX não era diferente. Se sairmos do Rosário e Pilar, áreas à época predominantemente portuguesas e nos deslocarmos para os povoamentos mais antigos como Antônio Dias, Bom Sucesso, Padre Faria e Alto da Cruz, áreas de domínio paulista, assim como os arraiais de São Sebastião, São João, Ouro Podre (atual Morro da Queimada) Santana e Piedade, verdadeiras cidades da mineração na Serra de Ouro Preto, compreenderemos a força da presença negra que não se curvou às imposições brancas. A festa de Cosme e Damião realizadas pelos pretos na Capela de Santana por exemplo, mostra o poderio das irmandades negras em Vila Rica. Atualmente, junto à festa de Santana em julho, doces e guloseimas de Cosme e Damião são distribuído aos presentes, tradição mantida por

mais de 3 séculos. Descendo a serra e subindo ao Alto da Cruz, onde está a outra Irmandade do Rosário de Ouro Preto, a Irmandade de Santa Efigênia, São Benedito, Santo Antônio de Noto N. Senhora do Rosário do Alto da Cruz do Padre Faria, fica ainda mais nítido o papel das irmandades negras para além dos serviços religiosos. É o papel cultural, social, político, dentre tantos outros. É o papel de tornar o corpo negro ao qual a escravidão foi imposta, um corpo reconhecido, um copo não solitário.

Os livros de registro da Irmandade de Santa Efigênia por exemplo, trazem registros importantes sobre as festas realizadas por essa irmandade no século XVIII e XIX. Os vestígios evidenciados nos referidos livros de registros apontam para a diversidade de aspectos (cultural, religioso e financeiro, dentre outros) em torno das festividades realizadas. Freitas (2022), ao investigar os livros de compromisso da irmandade de N. Sra. do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz nos mostra que

Um tipo de documento que fazia parte do material de registros das irmandades, confrarias e ordens terceiras ajuda a atestar que, de fato, em maioria, os irmãos de Nossa Senhora do Rosário eram africanos e afrodescendentes. Invariavelmente os livros de entradas das confrarias que traziam o título de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos acusam a predominância de africanos e afrodescendentes entre os irmãos, representados pelas categorias de *pretos* e *crioulos*. Outro dado importante e que é passível de contagem através dos livros de entradas refere-se à condição social desses indivíduos, que, podemos dizer com segurança, quase sempre era de escravizados ou alforriados (FREITAS, 2022, p.46).

A Bandeira de Ferro da irmandade dos Pretos do Alto da Cruz, reencontrada em 2019 em Ouro Preto, apresenta-se como um forte indício do poderio e da resistência negra em Ouro Preto por meio de suas festas e celebrações, mas também como forma de romper a ordem social imposta e que três séculos depois essa força continua vigente na Festa do Reinado, também chamada de festa da Coroação de Chico Rei. Essa festa, revitalizada em 2009 é, de forma simbólica, um revisitar na memória de toda força e pujança que o povo preto imprimiu nesse lugar, com seus corpos, suas vozes e seus tambores, com seus reinados negros.

Os livros de compromisso e bandeira de ferro fazem o refluxo da história do povo preto de Ouro Preto, no que Leda Maria Martins (1997) chamará de tempo espiralar, a cosmovisão bantu que permeia os povos negros de Minas Gerais, frutos dessa diáspora insana imposta pelos colonizadores, faz circular expressões e palavras que muitas vezes não fazem sentido pra quem não faz parte desse universo. A própria definição de “rei e rainha”, ocidentalizada, horizontal, cartesiana não define o que são essas representações nas festas de reinado negros que o Brasil tem como herança desde a chegada dos povos negros escravizados.

Ainda que na historiografia tradicional no Brasil, autores como Boschi (1986) vejam a

participação dos negros em irmandades leigas como uma estratégia do colonizador português para impor domínio e manter a população negra fixada na ordem colonial por meio da obrigatoriedade da devoção a santos católicos, embora permitindo alguns rituais e celebrações para que os negros não se rebelassem, percebemos que resumir os reinados negros a essa explicação não cabe mais, justamente porque as “escrevivências” feitas pelos nossos antepassados para manter vivas suas raízes, foi o que conseguiu manter, sustentar e tornar os Reinados Negros uma experiência potente que nos alimenta e nos movimenta por gerações.

Aqui retomo SCARANO (1978), autora que integra essa historiografia clássica sobre o tema das irmandades negras no Brasil, e que também nos diz que

Apesar de que as irmandades do Rosário dos pretos eram das primeiras a aparecer em novo arraial, não temos meios para ajuizar sobre a data exata de sua fundação em qualquer dos povoados das Minas Gerais. As datas disponíveis que constam dos documentos não mencionam a época em que o grupo começou a funcionar sem caráter oficial. Mas são períodos bastante recuados, uma vez que os pretos formavam o contingente mais numeroso da Capitania e muitas de suas associações foram contemporâneas e até mesmo anteriores à criação de confrarias de brancos. Pelo menos os autores que trataram do assunto e os documentos nacionais e portugueses fazem referências. (SCARANO, 1978, p 43).

Por motivo similar chamo esse capítulo de “*As Vozes de Ngoma*” que atravessaram o Atlântico em meio a dores e lamentos e aqui se tornaram a força do viver desse povo que até hoje canta e dança pra rezar, sem desistir, sem desencantar do seu Sagrado, fazendo do toque de suas caixas o motivo de seguir vivendo. “Escrevivência”, conceito criado pela escritora Conceição Evaristo¹⁸ em 1995, é definido por ela como a escrita que nasce das lembranças, do cotidiano, da vivência dela enquanto escritora e mulher negra dentro de sua comunidade. Mesmo que muitas vezes não seja grafado no papel, a vivência dos grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto passam pelo processo de oralidade e memória como forma de resistência.

“*Chora Ngoma, Ngoma Chora, Chora Ngoma, N’goma de Vovó e de Nossa Senhora*”
(*Canto de Congo e Moçambique, tradição oral – domínio público*)

¹⁸ Escrevivência é escrever sobre a vida, explica Conceição Evaristo, ao contar como criou esse termo, ainda nos tempos em que era estudante de mestrado na PUC/Rio de Janeiro. Segundo ela, em dado momento, em meio à escrita acadêmica obrigatória começou a fazer um jogo de palavras com os termos “escrever, se ver, e viver”, percebendo que não podia dissociar sua escrita de sua vida e vivência diária de mulher negra brasileira.

Nas línguas da África Bantu como na língua Kimbundo, N’Goma, Ngoma, Angoma significa tambor. Ao trazer o título “As vozes de Ngoma “ para o primeiro capítulo dessa dissertação, minha intenção maior é “saravar” o objeto (tambor), o gesto, a intenção, a força ancestral, como bem nos traz Morais (2022) sobre o Reinado como “princípio do mundo”, onde os tambores sagrados conduzem a vivência religiosa e cultural do povo afrodiáspórico pois, num município de quase 75 mil habitantes segundo dados do IBGE (2023), a relação com o povo de Ouro Preto e valorização de sua história preta é algo recente, considerando que a cidade e seus distritos tem mais de 325 anos de fundação (ou invasão). Ao nos trazer a discussão do Reinado como norteador de tudo que diz respeito às nossas vivências, seja em Oliveira- MG, seja em qualquer outro lugar de Minas Gerais ou do Brasil, segundo a autora,

A energia vital que realiza a Festa do Rosário, o Reinado, é uma energia gerada e compartilhada a partir da relação de um mundo divinizado, onde estão *Nzambi*, Nossa Senhora, Santa Efigênia e São Benedito, os nossos ancestrais e antepassados e os Espíritos da Natureza, com o mundo dos seres vivos composto por *Reinadeiros*, Reis e Rainhas, Capitães, comunidade, animais, vegetais, minerais, fenômenos naturais e astros de forma horizontal (MORAIS, 2022, pag.38).

No livro “Sacerdotisas Voduns e Rainhas do Rosário- mulheres afinas e Inquisição em Minas Gerais (século XVIII)”, organizado por Aldair Rodrigues e Moacir Maia (2023), temos a comprovação de como africanos escravizados e seus descendentes conseguiram, dentro das irmandades negras nos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais, manter suas religiões matrizes vivas, ainda que disfarçadas dentro dos ritos católicos que lhes eram impostos como já dissemos aqui. A obra em questão aborda mulheres africanas vindas principalmente da África Ocidental (a famosa Costa da Mina), praticantes do Vodun¹⁹ e a perseguição por elas sofrida pela Inquisição em Minas Gerais no século XVIII. A análise de processos crime feita pelos

¹⁹ Nas línguas do tronco fon-jeje, Vodun(ou Vodù) significa espírito. Muito comum na África Ocidental, a religião Vodun é, inclusive, a religião principal do Benin, de Gana e da Nigéria. O Vodun remonta há muitos séculos atrás, sobretudo na região do antigo Reino do Daomé, onde desde o século XVII os colonizadores já relatavam tal prática religiosa. Com a diáspora de africanos escravizados mundo afora, o culto Vodun se espalhou e se adaptou a novas realidades para continuar existindo. Podemos citar por exemplo o Vodun Haitiano, a Santeria Cubana e o Candomblé Jeje no Brasil, todos tem como raiz o Vodun africano. No caso específico de Ouro Preto, temos provas físicas da presença da prática Vodun entre os irmãos e irmãs da Irmandade de N. Sra. Do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, a famosa “Irmandade de Santa Efigênia”, que traz na sua torre esquerda o um precioso relógio de ponteiro único, com o Sol (Vodun Lissa) numa ponta e a Lua (Vodun Mawu/ Mahu) na outra. Para mais informações sobre o culto Vodun ver: PARÉS, Luís Nicolau. A formação do candomblé: história e ritual da nação Jeje na Bahia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

organizadores da obra citada acima nos trazem a dimensão de como as mulheres foram essências na preservação das tradições religiosas trazidas de África. Segundo eles, ao falar da preta forra Angela Maria Gomes, residente em Itaubira do Campo, atual Itabirito, no passado integrava a Comarca de Vila Rica), sendo ela da “nação courá”²⁰ e rainha das festas do Rosário em Itaubira

Para essa africana e demais indivíduos provenientes da ara vodum, a devoção, o temor, e o respeito às divindades e mesmo à incorporação de novas deidades, fossem voduns ou santos católicos, ou de outra prática considerada sagrada/mágica, potencializavam o contato com o mundo invisível(...)Orar, cantar, dançar e dar de comer ao vodum ou honrar Nossa Senhora do Rosário não era visto como contraditório e sim como parte do universo religioso dinâmico, aberto e agregador de sua terra natal (RODRIGUES; MAIA, 2023, p.136).

As descobertas e apontamentos trazidos por Aldair Rodrigues e Moacir Maia (2023) nos permitem perceber que aqueles que muitas vezes foram tratados por meio de um viés conservador de leitura do passado como vadios, indolentes, feiticeiros ou como povo sem alma e fé, que precisava ser catequizado, estavam, na verdade, numa luta inteligente e audaciosa para preservar suas memórias e raízes religiosas e culturais.

Percebemos que muitos autores na década de 1970 em Ouro Preto, talvez influenciados pelo mote do folclorismo, geraram apagamentos significativos com relação à importância das irmandades negras como ambientes de resistência africana e afro-brasileira. Cito como exemplo Menezes (1975), que ao falar da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, na obra *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto* reproduz esse discurso ao do livro de compromisso dessa irmandade em tom jocoso com, segundo ele “disposições dignas, por **curiosas** de serem citadas”²¹, e mesmo ao resumir no título o nome da irmandade a apenas “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”, ocultando o “dos Pretos”(ele só cita o nome completo no corpo do texto) o autor novamente trata com filtro branco uma das mais importantes associações leigas de pessoas pretas de Ouro Preto e de Minas Gerais. O que ele trata como “curioso” é na verdade as formas de proteção e sobrevivência a que essa irmandade teve que se submeter para existir. É o “pisar no chão devagarinho” que titula essa dissertação. É saber ser resiliente, sábio e silencioso para não ser silenciado. Aceitar pessoas brancas em sua composição, como várias outras irmandades e confrarias negras fizeram no

²⁰ “Courá” era o nome dado por traficantes portugueses a escravizados vindos da região do porto de Ouida (ou Ajudá)no Daomé. In: MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos courás do golfo do Benim para Minas Gerais (América portuguesa, 1715-1760). Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2022.

²¹ MENEZES, 1975, p. 76-78

Brasil, não era ser subserviente, muito pelo contrário, era usar de sapiência, como diz um velho dito popular” os amigos perto, os inimigos mais perto ainda, nem debaixo dos nossos olhos”. Além do Triunfo Eucarístico, as festas de Reinado (e sempre que eu usar esse termo, estou me referindo exclusivamente a reinados negros no Brasil) organizadas pela Irmandade do Rosário dos Pretos do Pilar são de extrema importância para compreendermos como hoje essas festividades se organizam e o porquê de terem a presença de brancos como reis de festa por exemplo. Para mais, vemos um grande movimento dessa irmandade tentando trazer de volta a Ouro Preto objetos rituais sagrados que em 1928 foram “doados” para o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, à revelia do desejo dos irmãos, mas por ordem daqueles que no momento trabalhavam na construção de museus que “contassem a história do Brasil”. Os objetos em questão são Maria Cambinda, uma peça/escultura de madeira policromada, representando o busto de uma mulher negra, que segundo Montenegro (2022) era “vestida pelos negros durante as procissões”, e um tambor de Caxambu.

A “doação” das peças para Museu Histórico Nacional foi realizada por Odorico Neves Gustavo Barroso, durante obras de reforma da Igreja do Rosário dos Pretos em 1928. Tirados da Sacristia da Igreja, foram, como objetos invisíveis, ocupar salas de um Museu longe de seu território de origem e completamente descontextualizados de suas funções sagradas. Silenciados, como nos diz Montenegro, Maria Cambinda e o tambor que certamente acompanhava pelas ruas da então Vila Rica do século XVIII e a Ouro Preto do XIX na cerimônias, rituais e procissões da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar são heranças e reafirmação das práticas religiosas trazidas de África pelos escravizados.

Atualmente, do outro lado da cidade, a também secular irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz luta, juntamente com o povo Congadeiro, Moçambiqueiro e Reinadeiro de Ouro Preto, para que já citada Bandeira de Ferro seja mantida em posse da irmandade a que pertence, para que os ritos e cultos sagrados da Festa do Reinado possam acontecer com esse objeto ritual sagrado presente, e não exposta apenas como objeto museal. Os objetos rituais são parte essencial das celebrações negras e precisam ser mantidos e respeitados junto de seus detentores.

As “Vozes de N’goma” seguem ecoando para que, mais que uma história da escravidão, a história do povo negro afro-brasileiro seja contada com toda sua riqueza e profusão.

Capítulo 2: Som do Tambor: o passado que nos move

Falar do passado de negros e negras de Ouro Preto é fazer uma (re)conexão de toda essa vivência com o tempo presente. É como trazer a energia do Adinkra²² Sankofa, que nos diz que, para viver o presente e construir o futuro. É preciso conhecer e respeitar seu passado.

Neste capítulo, na inquietante da busca por este respeito e representação, trabalho trazendo aspectos identificados no trabalho de campo, minhas memórias pessoais sobre as festas reinadeiras e sobre as vivências Congadeiras das quais faço parte e informações auferidas por meio de fontes impressas e visuais (fotografias), com o objetivo de identificar as características, elementos para a compreensão da historicidade e o conjunto de práticas de cada um dos grupos participantes da pesquisa.

Numa analogia a um ditado popular em alguns países africanos, saber quando “*quem está falando, é o leão ou é a caça?*” me insere esse contexto de ora ser caça, ora ser caçadora. O lugar da palavra, o lugar da pergunta/resposta aqui me tem como pesquisadora e, também, como detentora. Minhas vivências desde os tempos de criança, atenta às histórias dos mais velhos, tentando criar mentalmente a imagem de um Avô Congadeiro, pai de minha mãe, que eu não tive a chance de conhecer, de quem não tenho uma fotografia para ativar minha memória visual. Por vezes, a memória está no campo da lembrança do não vivido fisicamente, mas vivido na alma e nas correlações possíveis entre o que ouvi, o que imaginei, o que espiralou em minha mente e corpo ao ouvir um tambor tocar e um ponto ser cantado.

Aqui toco do dedo na histórica ferida da imposição religiosa, da intolerância e do desrespeito vividos por nós negros e reinadeiros com relação às nossas manifestações e rituais. O catolicismo negro ou o negro catolicismo tão pouco falado nas bibliografias hegemônicas, mas tão bem explorado por Rubens Silva (2010) me trouxe a dimensão do quanto a imposição e a herança colonial tentou mascarar ou exterminar nossas manifestações, tentando nos fazer acreditar em sincretismo, em substituição das crenças matrizes pela por parte dos meus antepassados e o quanto minha observação participante, meus cadernos de campo e infinitas anotações que num primeiro momento poderiam parecer, pra terceiros, apenas anotações sem

²² Adinkra é um conjunto de ideogramas e um sistema de escrita africano utilizados pelos povos Asanti, sobretudo da região atual de Gana e que são utilizados até os dias atuais. Em Ouro Preto, devido à presença de ovos dessa região durante a mineração de ouro no século XVIII, é possível encontrar pela cidade e distritos vários desses ideogramas, feitos por esses antepassados e eu hoje nos contam essa preciosa história de resistência. O significado do ideograma Sankofa, geralmente representado como um pássaro (ou dois) com a cabeça virada pra trás, é que você precisa voltar ao passado, conhecer sua história pregressa para viver bem o presente e construir seu futuro.

sentido, faziam pra mim sentido na construção desse quebra-cabeça circular que é falar da resistência dos Congados e Moçambiques de Ouro Preto.

Do século XVIII para século XXI, vamos falar de memória e resistência, de como esses grupos conseguiram manter suas atividades ou como conseguiram ressurgir após variados momentos de invisibilidade e apagamento no município de Ouro Preto/MG. Vamos falar de nossa vida frente sempre a muitas encruzilhadas e a encruzilhada sempre nos apresenta, de imediato, quatro caminhos, para além da definição física de caminho. A encruzilhada vetoriza e é preciso a sabedoria para tomar uma decisão. É preciso ser como a flecha de Oxossi, que para voar mais alto, é impulsionada para trás, para depois voar em direção ao alvo. Sempre que estamos na rua, rezando por meio do canto, da dança e do tambor, ao passarmos por pontes e encruzilhadas, mudamos o caminhar, fazemos embaixadas, vai e volta e meia-lua, buscando movimentos circulares, que fazem a energia girar, pois é em respeito às energias e entidades que habitam esses lugares. É o “passo pra frente, passo pra trás” com sabedoria para seguir a estrada, respeitando o que pode abrir ou fechar os caminhos. O momento de passar pelas encruzilhadas e pontes tem cantos específicos de força e proteção.

Ao falar das festas de reinado e dos grupos de Ouro Preto é tomo esse impulso mas com o cuidado de quem passa pela encruzilhada. Com humildade e respeito.

São os sons do Rosário problematizados Lucas (2022) que nos permitem expressar devoção e fé de foram totalmente oposta ao modelo católico-cristão de rezar em silencio e solitariamente. Neste capítulo também farei a descrição cada um dos grupos de Ouro Preto, cada um com seus cantos, santos tambores e flores, onde se localizam, quem os comanda, quando realizam e como realiza suas festas e reinados. Utilizarei fontes como fotografias, vídeos, jornais nessa descrição, assim como informações observadas no campo de pesquisa no acompanhamento das festas dos grupos aqui descritos.

No ano de 1993 aconteceram dois acontecimentos de grande importância para que, 10 anos depois, os grupos de Congado de Ouro Preto restabelecessem de forma perene seus festejos e reinados.

Primeiro foi a realização, em 22 de maio do citado ano, do evento que rememorou os 260 anos Triunfo Eucarístico (considerada a maior festa barroca do Brasil Colônia), que reacendeu nos ouropretanos uma chama de inquietação. Que grupos eram aqueles, com seus tambores e fitas, que participavam da pomposa reconstituição da famosa procissão de 1733 e que, ao longo do ano, não eram vistos nas festas e celebrações da cidade?

Em outubro do mesmo ano outra grande festa provocaria similar curiosidade. A Festa do Rosário, organizada à época pela Irmandade de Santa Efigênia, Grupo Pró-Rosário e a

Prefeitura de Ouro Preto. Tal festa relembriaria, sobretudo às comunidades do Alto da Cruz, Padre Faria e Antônio Dias a imponência da mítica figura de Chico Rei e sua corte, ao som de tambores, fitas, cantos e cores, celebrando a Festa do Rosário dos negros do auto da Cruz como, possivelmente, acontecia nos séculos XVIII e XIX. Uma grande movimentação tomou conta do cenário religioso e cultural de Ouro Preto para que a Festa do Rosário do Alto da Cruz se tornasse realidade novamente com todo brilhantismo como era realizada no passado. Tecidos nobres, plumas, paetês e muito brilho em substituição os fios de ouro e prata que compunham as roupas da irmandade de Santa Efigênia no passado foram adquiridos. Figurinistas contratados, artesãos, artistas, costureiras mobilizadas. A comunidade inserida nesse contexto para além da fé, teatralizar respeitosamente um momento tão importante.

O grupo de Congado do Alto da Cruz, sob comando do seu antigo (e já falecido) capitão Sr. João Crisóstomo, era o anfitrião da festa. Dez anos antes, seu João reclamava, conforme documento existente no Arquivo Público da Prefeitura de Ouro Preto, das dificuldades de manter o Congado ativo sem nenhum tipo de apoio.

No acervo do Arquivo Público Municipal consta um caderno manuscrito, encaminhado pelo então vice-prefeito de Ouro Preto à época, Flávio Andrade (que seria mais tarde um dos fundadores da Comissão Oupretana de Folclore) com os seguintes dizeres:

Congado Santa Efigênia iniciado no dia 20/02/83, inaugurado no dia 12/10/84 com a participação de 30 figuras na Igreja de Santa Efigênia. Outras apresentações: Igreja do Morro Santana, Igreja da Piedade, Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Praça Tiradentes. Por fim acabamos todas as apresentações por falta de instrumentos, por não ter nenhuma ajuda. Termina essa declaração pelo Presidente João Crisóstomo dos passos e pela vice-presidente Maria Luiza dos Passos. Acabou no dia 13/11/86. Esses materiais que estivemos foi doado ainda pelo Prefeito Ângelo Osvaldo quando ele era da Secretaria de Turismo. Estamos precisando de todos os instrumentos, estamos ensaiando todos os domingos só com uma caixa. Estamos precisando de oito pandeiros pequenos, duas caixas menores, um violão, uma sanfona 48 baixos. Vamos precisar também de uniformes. Contamos com sua colaboração. Assinado João Crisóstomo dos Passos, Rua da Abolição 23 B Bairro Piedade. (PASSOS, 1986, s/n.).

Essa profusão de acontecimentos em 1993, que envolveu, sobretudo, a população preta e periférica de Ouro Preto, com participação do Congado de Miguel Burnier, Congado do Alto

da Cruz, Marujada de Lavras Novas, Folias de Reis e do Divino, Bandas Civas, dentre outras manifestações, foi um gatilho de desejos, como apontado anteriormente. Em 1994 a festa do Rosário do Alto da Cruz voltou a ser realizada. Contudo, no ano seguinte ficou novamente adormecida. A sensação de “falso fausto” ante a impossibilidade de manter os gastos financeiros com a festa e com as demandas do grupo de Congado do Alto da Cruz e com as irmandades de Santa Efigênia de Padre Faria, bem como a mudança de prefeito e de gestores públicos no campo da cultura municipal em 1997 tornou ainda maiores as dificuldades já existentes. Mas pessoas como Maria Agripina Neves, Flávio Andrade e Deolinda Alice dos Santos, ao lado de seu Pedro Pamplona, João Crisóstomo, Jéssus Bóia, Ismael Valério, dentre outros, seguiram lutando pela cultura popular de Ouro Preto²³.

FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
Ouro Preto / 30 e 31 de outubro de 1993

O Grupo Pró Rosário e a Prefeitura de Ouro Preto, através da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, convidam moradores do Padre Faria, Santa Efigênia e bairros vizinhos para a Festa de Nossa Senhora do Rosário que acontece neste sábado e domingo, dias 30 e 31 de outubro.

A Festa resgata tradição bicentenária, com procissões e cortejos que tiveram origem no século XVIII, como no caso de Chico Rei que desfilava com sua Corte nestes bairros. Como no passado, Reis Congos e Festeiros com suas Rainhas e Guardas, juntamente com Grupos de Cultura Popular de Ouro Preto, dos distritos e visitantes, participam de uma programação externa, que inclui procissões em louvor à Nossa Senhora do Rosário, Missa Conga e outras cerimônias nas Igrejas de Santa Efigênia e do Padre Faria.

Participe! Coloque-se no trajeto dos cortejos e procissões. Valorize nossa cultura!

Programação

30 de outubro, sábado

19 horas • Procissão da Bandeira
Participação do Congado de Miguel Burnier
Cortejo que sai da Igreja de Santa Efigênia em direção à Igreja do Padre Faria

20 horas • Novena
• Apresentação da Escola de Música de Nossa Senhora da Piedade
• Levantamento do Mostro de Nossa Senhora do Rosário
Igreja do Padre Faria e Largo do Padre Faria

22 horas • Apresentação do Grupo de Capoeira Cavieiro
Rua Padre Faria

31 de outubro, domingo

5 horas • Alvorada Festiva com Riquie de Sinos e Fogos

7 horas • Missa Solene
Igreja de Santa Efigênia

10 horas • Missa Festiva
Participação do Casal Otacilio Cunha
Repertório: músicas sacras do século XVIII
Igreja de Santa Efigênia

11 horas • Visita à Mina de Chico Rei, Rodrigo Velho
Chico Rei Ebleto de Minas, Sr. João Manoel de Deus, sua Corte e Guarda União do Rosário de São Crisóstomo (Sete Lagoas)

12 horas • Louvor à Nossa Senhora do Rosário

13 horas • Apresentação de Grupos Folclóricos do Município de Ouro Preto
Congado de Miguel Burnier, Folha do Boi da Mantia de São Bartolomeu, Folha de Reis de Lavras Novas, Folha de Reis do Padre Faria, Folha de Reis de Santo Antônio do Leite e Marujada de Lavras Novas
Atro da Igreja do Padre Faria

15 horas • Comemoração do Rei e da Rainha Festeiros,
Sr. Valdeirson Cívica e Sr. Cleomary Dias Muciel
Cimara
Atro da Igreja de Santa Efigênia

Procissão do Benedito
Reinado do Congo de Minas Gerais, Presenças do Rei Congo, Sr. Geraldo Camilo, do Vice-Rei Congo, Sr. Sivalvi José da Costa, e da Vice-Rainha Congo, Sra. Isabel Casarino.

17h30m • Missa Conga no Atro da Igreja do Padre Faria
Celebrante: Padre Dionário Sobral

REALIZAÇÃO

Grupo Pró-Rosário • Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Padre Faria • Paróquia de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia • Prefeitura Municipal de Ouro Preto / Secretaria de Turismo e Cultura • Grupos de Cultura Popular e comunidade

PATROCÍNIO

Acabamentos Via Rica • Banco de Crédito Real do Estado de Minas Gerais • Grande Hotel de Ouro Preto • Imbois Tebiera Niquini • Mercedes Junior • Pim Art • Serviço Social do Comércio - Sesc • Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais • Transportadora Armênio Queiroz • Universidade Federal de Ouro Preto • Zoom Produções (vídeos de festa)

Figura 2-Cartaz da Festa do Rosário de 1993 em Ouro Preto. Acervo Arquivo Público Municipal. Imagem digitalizada e cedida pela funcionária Poliana Renata de Oliveira. Dez.2023

²³ Maria Agripina Neves, Historiadora, professora, sócio fundadora da Comissão Oupretana de Folclore. Flávio Andrade foi vice prefeito de Ouro Preto e atua na preservação da cultura municipal, também é sócio fundadora da Comissão Oupretana de Folclore assim como Deolinda Alice dos Santos, e os mestres foleiros Jéssus Bóia, do bairro Padre Faria e Ismael Valério, do distrito de Santo Antonio do Leite.

Foram 7 anos de inquietudes e buscas, até que em 27 de setembro de 2002 foi criada a Comissão Ouropretana de Folclore (COF), objetivando ajudar esses grupos na sua ressurgência, manutenção e salvaguarda e permanência. Reunindo ativistas, produtores e promotores de cultura, educadores, historiadores em seu corpo técnico, a referida comissão teve papel fundamental na retomada desses grupos ao cenário cultural, político e social de Ouro Preto.

Foi por meio dessa entidade que os grupos de manifestação Cultural Tradicional de Ouro Preto ganharam novamente visibilidade e começaram a entender a importância dos saberes, fazeres e celebrações que preservavam, e que, muitas vezes, achavam que era sem valor, só “coisa dos antigos”. Dizer a eles que “essas coisas dos antigos” era uma joia preciosa que fazia a cultura, a fé e a devoção existirem, caminharem juntas e trazerem significado às vidas dos ouropretanos foi talvez um dos grandes desafios enfrentados pela Comissão.

Folias de Reis, pastorinhas, bandas civis, irmandades, escolas de Samba, grupos de danças tradicionais da região (do Garimpeiro, do Pau de Fitas, de São Gonçalo), cavalcadas, charola, grupos de Capoeira, mestras e mestres, artesãs e artesãos e os grupos de Congado passaram a ter uma entidade que os representava frente, sobretudo, ao poder público municipal, fazendo com que recursos passassem a ser destinados para manutenção dos mesmos, e que um calendário de eventos, com as festas e celebrações típicas de cada mês no município tivessem lugar de destaque no cenário cultural ouropretano.

Considerando as atividades de organização dos grupos de manifestações populares e tradicionais ouropretanas, assim como as ações e atividades empreendidas pela comissão, entendemos que a criação da Comissão Ouropretana de Folclore em 2002 foi um divisor de águas para a cultura de Ouro Preto num momento em que, passado o furor provocado pelas festas de 1993 e 1994, o risco de um novo processo de invisibilidade dos grupos, sobretudo pela falta de estrutura financeira para suporte manutenção de suas atividades era iminente.

As atividades da comissão procuravam respeitar e valorizar os grupos de congado, folias de reis, pastorinhas e outro, seja por meio do incentivo ao retorno da atividades de grupos inativos, seja pela contribuição para a manutenção dos referidos grupos.

Foi por intermédio da Comissão Ouropretana de Folclore que surgiu o calendário municipal de eventos, inserindo as festas de tradição popular como congados, folias e pastorinhas, além dos Reinado locais na agenda. E a partir de então esses grupos/pessoas passaram a interagir mais entre si e com o próprio município, intercambiando saberes, afetos e revitalizando parte da cultura ouropretana que estava esquecida, fazendo com que eles percebessem e passassem a protagonizar o que nas palavras de Teixeira Coelho(1999) é

definido como ação cultural ou “o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura.” (COELHO, 1999, p. 33).

Para os fundadores da Comissão Ouropretana de Folclore, um importante passo foi dado no sentido do reconhecimento das manifestações tradicionais do município quando da publicação do livro *Manifestações da Cultura Popular de Ouro Preto*, escrito por várias mãos e lançado em 2014 e que traz em sua introdução a seguinte observação :

Para entender a grandiosidade da cultura popular ouro-pretana é preciso voltar ao século XVIII. Por volta de 1730 a antiga Vila Rica possuía aproximadamente 120 mil habitantes. A dinâmica populacional era intensa. A febre do ouro trouxe pessoas de todos os lugares. O povoamento foi feito por vários grupos humanos: portugueses de todas as regiões de Portugal e das ilhas. Vieram pessoas das colônias portuguesas do oriente, negros africanos principalmente da Guiné, de Angola, do Congo e de Moçambique. Cada grupo, vivendo suas dores e mazelas, com expectativas e projetos de vida, buscando, na corrida do ouro, realizar seus sonhos. As dificuldades do dia a dia provocaram disputas e ódios, mas também encontros e misturas. As etnias que aqui chegaram se misturaram aos nativos ameríndios. Do caldeamento das etnias surgiram manifestações culturais singulares que atravessaram os séculos e chegaram aos nossos dias. (PALAZZI, 2014, p.5)

O livro, resultado de um intenso trabalho de catalogação das manifestações culturais/religiosas ouropretanas, tem cada um dos seus dez capítulos dedicado a uma manifestação local e se tornou referência para o estudo da cultura e dos grupos de manifestação tradicional ouropretanos.

Podemos considerar que o livro editado pela Comissão Ouropretana de Folclore colocou em evidencia as manifestações culturais locais, seus registros, contribuindo para a criação de ações voltadas para salvaguardar a memória dos grupos tradicionais, seus mestres e mestras e seus saberes.

Esse livro foi uma forma de homenagear todos e todas que, de forma individual e /ou coletiva, mantêm vivas heranças ancestrais e as repassam, perpetuando nossa cultura, nossos saberes, nossas formas de vida no município de Ouro Preto, por meio das nossas rezas, cantos, danças, corpos, vozes, comidas, saberes, fazeres e lugares que formam nossa identidade enquanto povo desse lugar.

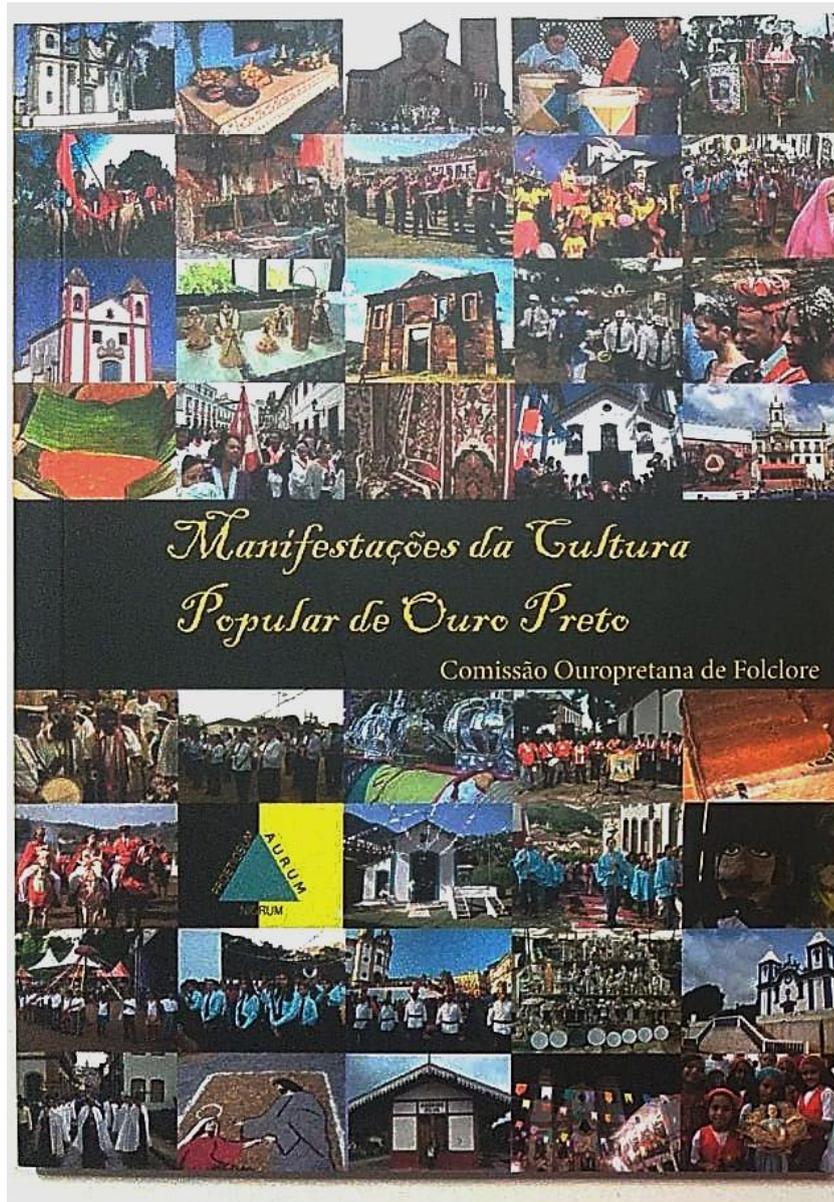


Figura 5- Capa do livro da Comissão Ouropretana de Folclore, lançado em 2014. Foto: Acervo Sidnéa Santos.

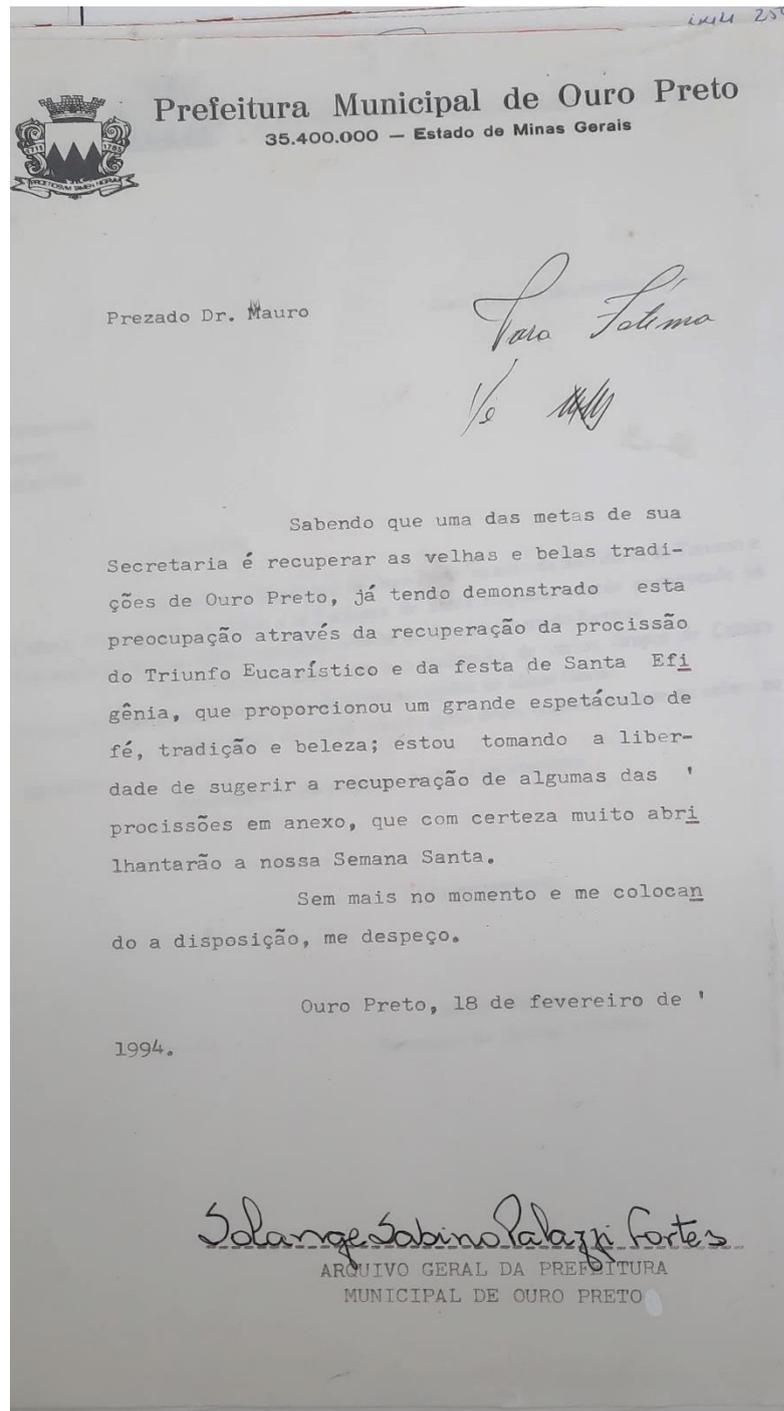


Figura 6- Ofício encaminhado pela professora Solange Palazzi à Secretaria de Cultura de Ouro Preto em fevereiro de 1994, pedindo pela revitalização e manutenção das tradições culturais do dito município. Acervo Arquivo Público Municipal. Foto: Sidnéa Santos. Dez.2023.

Considerando a documentação investigada, assim como a percepção de sujeitos que participaram, direta ou indiretamente, a Comissão Municipal de Folclore e das guardas, compreendo que as festas do Rosário ocorridas, tanto na cidade, como nos distritos, durante os primeiros anos da comissão, foram fundamentais para o levantamento e inventário do patrimônio imaterial no município. Esse levantamento contribuiu para a reativação de grupos e de tradições esquecidas ou pouco reconhecidas em Ouro Preto.

As imagens a seguir exemplificam como era a participação os grupos de Congado de Ouro Preto nas festas do Rosário que aconteciam na sede do município, onde participavam trazendo seus Tronos Coroados (Reis, Rainhas, Princesas), seus tocadores, cantadores e dançantes. Alexandre Martins, arquiteto fotógrafo carioca radicado em Ouro Preto registrou alguns desses momentos, registros esses de extem importância quando se trata de entender as questões que serão tratadas aqui, sobre memória e resistência.



Figura 7.- A Rainha do Congado de Miguel Burnier, Maria Efigênia Correia Pamplona, em sua residência trazendo nas mãos a foto de seus pais, Pedro Correia Pamplona. o S. Pedro é tiso como o fundadr do Congado no referido distrito. Foto: Acervo da Pesquisadora.



Figura 8- Festa do Congado do distrito de Miguel Burnier, década de 1980. Acervo da Comunidade.



Figura 9- Idem à anterior.



Figura 10- Registro do fotógrafo Alexandre Martins em 1983, durante apresentação dos Congados de Ouro Preto no Largo de São Francisco, centro de Ouro Preto. Na foto, apresentação do Congado do distrito de Miguel Burnier Imagem cedida pelo autor.



Figura 11-Rei e Rainha Coroados do Congado de Miguel Burnier durante festa dos Congados de Ouro Preto. Registro do fotógrafo Alexandre Martins em 1983, durante apresentação dos Congados de Ouro Preto no Largo de São Francisco, centro de Ouro Preto. Imagem cedida pelo autor.

Durante trabalho de campo para escrever essa dissertação, utilizando-me das metodologias da escuta ativa e observação participante, ao colher o depoimento do advogado e jornalista Angelo Oswaldo de Araújo Santos²⁴, (prefeito de Ouro Preto por quatro mandatos, incluindo o período 1993-1996 e o período atual 2020-2024,) em dezembro de 2023, quando dos preparativos para a realização da Festa do Reinado, A Fé eu Canta e ano2024 ele disse

“Meu trabalho na linha da valorização da cultura popular e do resgate das raízes afro-brasileiras começou, na verdade, quando fui secretário de Turismo e Cultura da Prefeitura de Ouro Preto, entre 1977 e 83, na gestão do prefeito Alberto Caram. Apoiamos e valorizamos o Congado de Saramenha e o Congado de Miguel de Burnier, os únicos então sobreviventes, além das Folias e Pastorinhas. Como prefeito, entre 1993 e 96, pude ampliar essas ações. Começou aí o projeto da Casa de Cultura Negra, com a aquisição do imóvel ao lado da Matriz de Santa Efigênia. As Casas de Cultura então criadas e nas minhas outras gestões multiplicadas, foram importantes como suporte dessas atividades”. SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo: depoimento(dez.2023) Depoimento concedido para pesquisa/dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Ouro Preto/departamento de História.

O Congado do bairro Saramenha a que o Angelo Oswaldo se refere era o Congado que, formado por funcionários da extinta ALCAN vindos das cidades vizinhas de Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Itaverava, Brás Pires, Congonhas, se dividiria, na década de 1980 em Congado do Alto da Cruz, revitalizado pelo Sr. João Crisóstomo em 1983, que trabalhando na Alcan, vai residir no bairro Piedade, tem contado com a história de Chico Rei e dos rituais sagrados antigos daquela região; e o congado do Salto, formado por funcionários da Alcan designados para trabalhar no Salto, na Usina da Brecha e que passam a residir no referido distrito.

Falando das festas do Rosário no município de Ouro Preto, Angelo Oswaldo complementa

“As festas do Rosário, na cidade e nos distritos, foram importantes para o levantamento e inventário do patrimônio imaterial. O reconhecimento e o destaque que enfatizaram as tradições quase esquecidas fizeram com que hoje os grupos e seus eventos estejam em grande dinamismo e evidência. A reedição do Triunfo Eucarístico em 1993 resultou no Triunfo de Chico Rei no ano seguinte, e no redimensionamento da festa do Rosário, que provocou a transformação de toda a celebração do Reinado no início de cada janeiro.”²⁵

²⁴ SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo: depoimento(dez.2023).Pesquisadora/detentora Sidnéa Santos. Ouro Preto,2023. Depoimento concedido para pesquisa/dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Ouro Preto/departamento de História. Gravado em mídia digital pela pesquisadora.

²⁵ Idem.

Explicitar que a fama da descoberta do ouro em Minas Gerais foi o que fez com que rapidamente a região de Vila Rica ganhasse fama internacional, mas que para extrair o ouro era preciso uma grande quantidade de africanos escravizados trabalhando nas minas (subterrâneas e a céu aberto) por períodos que podiam variar de 12 a 18 horas por dia, incluindo nesse trabalho a presença de mulheres e crianças é necessário para se falar de memória e resistência no século XXI.

Ainda no caso de Ouro Preto, os registros da língua Mina-Jeje, encontrados nos manuscritos de Antônio da Costa Peixoto, com anotações datadas de 1731 a 1741 numa espécie de dicionário, com tradução das palavras da língua mina, o português corroboram para elucidar a origem etnolinguística dos povos dos quais descendemos, ou seja os povos das línguas Ewe-Fon, povos que cultuavam voduns e que habitavam as regiões de Gana, Togo e do antigo Daomé (atual Benim). Os registros de Costa Peixoto são considerados por Castro (2020) um dos mais “raros e importantes documentos do tempo da escravidão no Brasil.”

Seja nos ideogramas Adinkra em ferro, cantaria e pedra sabão, que podemos ver nos portões da matriz de Santa Efigênia, nas sacadas das casas do centro da cidade, ou na portada da Capela da Chapada, localidade próxima ao distrito de Lavras Novas, seja na música ou no toque dos sinos, comprovadamente influenciados pela presença africana e afro descente na região, seja na culinária, cujos pratos como frango com quiabo, abobora, inhame tem ligação direta com a diáspora, ou ainda na fala, na religião ou na bandeira de ferro policromado, recentemente encontrada pelos grupos de congado e Moçambique do Alto da Cruz, ou numa exposição que retrata nosso povo preto e toda herança que fenotipicamente carregamos (além da herança genética). Enfim, as maneiras que nossos antepassados encontraram para se fazerem eternos foram diversas, muitas vezes codificadas para resistir às investidas do colonizador e sobreviverem ao tempo.

E por mais que os grupos aqui pesquisados não encontre correspondência idêntica em solo africano, o que destaco são as heranças que permanecem vivas. Aqui não importa se grupos de Congado ou Moçambique não existem nas regiões africanas de onde meus antepassados vieram para o trabalho forçado nas Serras de Ouro Preto bem como em toda Minas Gerais.

Aqui importa a herança preservada dos registros que a memória marcou no viver desses escravizados que atravessaram o Atlântico e preservaram seus costumes da mentira que lhes foi possível. A corporeidade e o som dos tambores são parte da existência de Ouro Preto. Somos o povo da fé que canta e dança, somos o povo Mina-Jeje, cujos rostos, sorrisos e feições seguem vivas nos grupos de Congado e Moçambique.



Figura 12- Resistência e Memória antepassada. Festa do Reinado 2023. Foto: Sidnéa Santos

A imagem acima, onde as matriarcas da família Silvério, família responsável pela criação e manutenção do grupo de Moçambique de Ouro Preto estão cercadas num abraço com seus filhos e netos, é uma demonstração de como a preservação da memória se faz pela transmissão de conhecimento entre membros de uma mesma família e a comunidade que os rodeia, com identificação e pertencimento.

2.1 Os grupos de Ouro Preto investigados

Memória e contemporaneidade se misturam no desenvolvimento desse trabalho, que tem raízes um passado diaspórico e secular, mas que trata com mais especificidade dos últimos 20 anos, analisando a presença dos Congados e do Moçambique de Ouro Preto nos campos culturais e religiosos das celebrações aqui realizadas de 2003 a 2023.

Até o final da década de 1990 ainda tentava resistir a Marujada de Lavras Novas, porém, a chegada do ano 2000 trouxe também a total impossibilidade do grupo se manter sem a sua matriarca, mesmo com pessoas que se mudaram para a comunidade tentando ajudar no seguimento das atividades. Assim, os grupos analisados são :

- 1- Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier;
- 2- Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz;
- 3- Congado de Nossa Senhora do Rosário e São benedito de Santo Antônio do Salto;
- 4- Congado de Nossa Senhora do Rosário e N. Sra. Aparecida do Bairro Santa Cruz;
- 5- Congado de Nossa Senhora do Rosário e N. Sra. das Graças da APAE;
- 6- Moçambique de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito do Alto da Cruz.

2.1.1 Congado de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito de Miguel Burnier

Miguel Burnier é o maior distrito de Ouro Preto em extensão territorial e está distante cerca de 40 km do distrito sede. A região é conhecida pelo Rodeio de Itatiaia e Xiqueiro (ou Chiqueiro) dos Alemães, onde se bifurcavam os caminhos que levavam à Sabará e à Vila Rica e Mariana.

A região do Capão do Lana era o ponto de divisão desse caminho, que à esquerda levava à Cachoeira do Campo e Sabará e à direita, chegava-se à terra do topázios, as terras de José Correia (hoje Rodrigo Silva), Santa Quitéria da Boa Vista, Tripuí e, finalmente, Vila Rica e Mariana.

Falar de Miguel Burnier é falar dos primórdios da história de Ouro Preto. O rodeadouro da Serra do Deus Me Livre (também chamada de Serra de Itatiaia, atual Serra de Ouro Branco)

era caminho obrigatório para quem, vindo, principalmente, do Rio de Janeiro, pretendia chegar à Vila Rica no século XVIII e, que até a abertura da estrada real ligava diretamente Vila Rica à Itatiaia, sendo assim, uma passagem obrigatória para bandeiras, entradas e tropas. Além disso, o distrito foi também berço da exploração de aurífera e local no qual conversações sobre a Conjuração Mineira ocorreram.

Antes de receber o nome de Miguel Burnier, a localidade era conhecida pelo nome de São Julião, em homenagem ao padroeiro local. Com a chegada da ferrovia e da usina de produção de ferro e manganês, a vida social, cultural e religiosa do distrito de São Julião passa por profundas mudanças, sendo uma delas a alteração do seu nome. A nomenclatura de Miguel Burnier deve-se à homenagem a um dos engenheiros que trabalhou na construção da ferrovia que, no século XIX, passou a ligar a região de Ouro Preto ao Rio de Janeiro.

Miguel Noel Nascentes Burnier, filho de uma abastada família carioca, morreu em 1884, aos 36 anos de idade, de ataque cardíaco em decorrência da malária, durante a construção do pátio ferroviário de São Julião. Em sua homenagem, o nome da estação foi trocado, mas o padroeiro do lugar continuou sendo São Julião, cuja capela, erigida no século XVIII, passou a abrigar posteriormente outro orago, o de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastrois, invocação que chega a de Ouro Preto por meio dos padres Salesianos, devotos da referida santa.

O Congado de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito de Miguel Burnier tem suas origens nas festas das cidades vizinhas de Ouro Branco, Lafaiete, Itaverava, Belo Vale, Congonhas e Rio Espera.

Não há precisão sobre a data de fundação do grupo. Contudo, participantes dessa guarda tal como Capitão Antônio Xisto, capitão-mor do Congado de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito de Miguel Burnier, apontam que, por volta de 1947 já havia atividades do grupo. Capitão Xisto chegou a Burnier em 1958 e partir de 1960 assumiu a Capitania do grupo, como forma de pagar uma promessa que tinha feito após sofrer um acidente de trem trabalhando na Usina Wigg.

Em 2022, a Festa de São Julião foi revitalizada pela comunidade e pelos idealizadores do Festival Cultural de Miguel Burnier/Projeto Estação Cultura, buscando revitalizar manifestações religiosas e culturais do distrito. A revitalização buscava construir um evento com o objetivo de promover uma política de não-esquecimento de tais manifestações culturais.

O Reinado do Rosário de Miguel Burnier é uma das festas mais importantes do calendário de eventos do município de Ouro Preto. Realizada anualmente no mês de setembro, junto com a celebração da Festa de santa Efigênia, esse evento foi interrompido somente entre 2020 e 2021, em decorrência da pandemia da COVID-19, momento no qual ocorreu a proibição

de eventos presenciais.

As observações de campo realizadas possibilitaram perceber que os impactos da mineração no distrito de Miguel Burnier trazem consequências para a própria existência e manutenção da comunidade em foco. Diante de tal contexto, a resiliência envolvida na realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Miguel Burnier mantém acesa a chama da resistência. Com seus quase 90 anos de vida, Capitão Antônio Xisto é um Mestre da Cultura Tradicional do nosso município, assim como o Maestro José Cecílio Jerônimo. São dois homens negros que exercem protagonismo em Burnier há mais de 50 anos, mantendo vivas atividades tradicionais, culturais e religiosas que compõem o Patrimônio Imaterial não só de Miguel Burnier, mas do Brasil como um todo.

Na imagem 13(a seguir) podemos perceber, pela riqueza de informações contidas no panfleto da festa de 1976, o quão imponente era desde sempre a festa de Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia em Miguel Burnier. Considerando que Reis e Rainhas do Rosário são cargos perpétuos, só substituídos após a morte de quem ocupa o Trono Coroado, e considerando de 1976 a 1983 existe um intervalo de 7 anos, é bem provável que D. Coló, seja Claudomira Rodrigues, rainha que aparece no panfleto de 1976, e que Geraldo Pinto de Souza seja o Rei que a acompanha na foto do Acervo da Associação de Moradores de Miguel Burnier (figuras 10 e 11 pag 50).

Festas de Reinados de
N.ª S.ª DO ROSÁRIO E SANTA EFIGÊNIA
EM USINA WIGG
 Nos dias 16 e 17 de Outubro de 1976

Festeiros e festeiras, Reis e Rainhas e Mordomos do mastro fazem ciente neste que será realizado na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, as festividades em homenagem aos referidos santos nos dias 16 e 17 de outubro próximo, obedecendo o seguinte programa:

Dia 8 de outubro terá início a novena às 7:30 da noite com cânticos sacros e terça, aos domingos leilões de prendas.

Dia 16 Sábado ao meio dia repiques de sino e foguetes, abrindo as Selenidades.

As 19,00 horas sairão das casas dos mordomos as bandeiras dos Mestros de Sr. Efigênia e Nossa Senhora do Rosário cantado a dança de Miguel Burnier a bandeira do Rosário, a de Sr. Efigênia a dança do Capitão Benidio, em procissão até a Igreja, antes cânticos dos Congados, em seguida missa às 20 horas pelo Rvdmo. Vigário Pe. José Tavares Baêta Neves, após posse dos Reis para as festividades do dia seguinte, em seguida levantamento dos mastros, leilões, fogueira e outras atrações.

Domingo dia 17 às 4 horas da madrugada, alvorada pelos dois conjuntos de Congado. As 9 horas tirada dos Reis para o magestoso Cortejo Real cabendo os Reis do Rosário ao Capitão Pedro Correia e de Santa Efigênia ao Capitão Benidio até a Igreja, entre cânticos alusivos, solene recepção dos reis pelo Rvdmo. Vigário, após ouviremos a tocante embaixada pelo Sr. Francisco Marcelino, após missa cantada pelo Rvdmo Vigário com o Coral Monsenhor Rafael Coelho.

Terminada haverá a chamada dos Juizados no adro da Igreja, leilões, barraquinhas e outras atrações e danças dos Congados a se apresentarem na praça da Igreja.

As 15:00 horas procissão de N. S. do Rosário e Santa Efigênia no itinerário de costume, ao regresso sermão de festas, bênção do SS.º e posse dos novos Reis para o ano de 1977 e leitura de novos provedores e provedoras.

Após será prestado uma homenagem ao Sr. Capitão Benidio que completa seus 80 anos de idade e que nos trouxe estas festas do Rosário para Usina a chamado Rvdmo. Pe. Marcelino e que receberá os cumprimentos e presentes de seus amigos admiradores e um troféu como gratidão de um amigo.

Festeiros: Isidro Isidoro de Rezende — José Gonçalves de Oliveira — Geraldo Patrício Lana — Antonio Salviano Duarte — Francisco Coelho de Moraes — José Luiz Pinto — Eugenio Pinto da Rocha — Francisco Gonçalves de Oliveira — João Gonçalves de Oliveira

Festeiras: Maria do Carmo — Maria Andreлина — Maristela Rocha — D.ª Efigênia Duarte — Irene Gonçalves de Oliveira — Eliane Terezinha Romualdo

Mordomos do mastro de N. Senhora: Luiz Carlos do Nascimento — Antonio Gonçalves de Oliveira — José Madalena Rezende — Dionisio Gonçalves de Oliveira — Francisco Romualdo de Lima — João Gomes da Costa

Mordomos de S. Efigênia: Arlindo Felício — Alberto Coelho de Moraes — José Corcino dos Santos — Emilio do Carmo — Daniel Juventino da Silva Joviano Augusto Pires.

Rei de N. Senhora: Geraldo Pinto de Souza — **Rainha:** Claudemira Rodrigues
Rei de S. Efigênia: Manoel Vitorino — **Rainha:** Maria Andreлина Duarte

Estas devotas festas serão abrilhantadas pelos dois ternos de Congados e Revmo. Paroco pede o devido respeito aos atos religiosos.

Usina Wigg, 6 de outubro de 1976

Visto: Pároco Pe. José Tavares Baêta Neves

Figura 13- Figura 12 - Cartaz da Festa do Rosário de Miguel Burnier do ano de 1976. Acervo Igreja Sagrado Coração de Jesus. Foto: Aldo Araújo.

2.1.2 Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz

A Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz é considerada “mãe” das guardas de Ouro Preto e de Minas Gerais. A tradição oral local considera tal grupo como a guarda criada por Chico Rei ainda no século XVIII, quando nos meses de janeiro, no dia de Santos Reis, os negros subiam até a igreja de Santa Efigênia para realizar a coração de seus reis negros e festejar. É provável que celebração semelhante acontecesse do outro lado da cidade, na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Caquende, no então arraial de N. Sra do Pilar do Ouro Preto, fundado pelos portugueses em contraponto à ocupação mais antiga, feita pelos paulistas, que estendia do arraial de Antônio Dias, passando pelo Alto da Cruz e Padre faria até o vale do Ojo.

A disputa de paulistas e portugueses pelo domínio das áreas de mineração de Ouro levou à Guerra dos Emboabas, entre os anos de 1707-1710. Em 1711, com a vitória portuguesa, rapidamente foram criadas as 3 primeiras vilas de Minas: Ribeirão do Carmo (atual Mariana), N. Sra. da Conceição do Sabarabussu (atual Sabará) e Vila Rica do Ouro Preto, atual Ouro Preto), sendo que Vila Rica, embora com seus arraiais unificados sob o jugo do poder colonial português, manteve a ferrenha disputa com os paulistas, pioneiros na descoberta do ouro nas terras das Minas Gerais.

Segundo a tradição oral local, até a venda de comida estava inserida nessa disputa. Muitas vezes a carne e seus derivados esgotavam no lado português, sobrando apenas café e farinha para ser vendido no lado paulista. Isso fez com que um lado da vila ficasse conhecido como mocotó (o lado português, que hoje corresponde ao território da praça Tiradentes até a saída para Belo Horizonte) e o outro lado jacuba (da atual praça Tiradentes até a divisa com Mariana). Essa disputa se estendia também ao campo da fé, mesmo porque o que vigorava no século XVIII era o regime de padroado (fé e política governados pelo rei português), isso fez com que muitas igrejas fossem construídas no que hoje corresponde à sede do município de Ouro Preto, pois pertencer a uma determinada irmandade apontava para “*locus social*” na sociedade de Vila Rica em tal contexto. Como desdobramento da divisão da cidade, observamos a existência de duas igrejas matrizes, duas igrejas das Mercês, do Rosário e dedicada a São Francisco, assim como a constituição de duas irmandades da Boa Morte, que não existem na contemporaneidade.

É nesse território de disputa que surge em 1717, abrigada na matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, que inicia a construção do seu templo por volta de 1732 e o finaliza em 1785. No

livro de compromisso da irmandade de Santa Efigênia do Alto da Cruz é possível identificar, ao verificarmos receitas e despesas ao longo dos séculos XVIII e XIX, o zelo com a festa do Rosário e a influência dos irmãos de Santa Efigênia junto aos governantes e homens de poder da Vila Rica setecentista.

Carregar a herança de ser a guarda matriz da “tradição de Chico Rei” é uma tarefa de imensa responsabilidade. O “Congado do Alto da Cruz”, oficialmente, Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia do Alto da Cruz é popularmente conhecida vem, através dos anos, mantendo viva essa chama ancestral.

Para manter viva a memória de seu pai, falecido Capitão João Crisóstomo (citado nos capítulos iniciais desse trabalho), o Capitão Rodrigo Alvarenga Passos²⁶ assume a espada de Primeiro Capitão e, juntamente com a Capitã Kátia Silvério, iniciaram em 2008 um grande movimento para trazer de volta a realização da “Festa da Coração de Chico Rei,” que anos mais tarde passou a ser chamada de “Festa do Reinado: A fé que Canta e Dança”, elevada à categoria de Patrimônio Imaterial municipal de novembro de 2019.

Conheci Rodrigo Alvarenga Passos, o menino que anos mais tarde se tornaria Capitão de Congado em 2002, quando ele tinha por volta de 14 anos. Eu trabalhava no setor administrativo do Museu e Ciência e Técnica da Escola de Minas. Existia naquela época em Ouro Preto um programa da prefeitura chamado Jovens de Ouro. Esse programa dava a jovens e adolescentes ouropretanos a oportunidade do primeiro emprego, concomitante aos estudos. Era preciso ter boas notas para se manter no programa, que pagava aos jovens inseridos valor de meio salário mínimo à época.

Rodrigo Passos foi um desses meninos do programa Jovens de Ouro. Alocado para trabalhar meio período no Museu de Ciência e Técnica da UFOP, (antigo Palácio do Governador, na Praça Tiradentes e posteriormente prédio que abrigou a Escola de Minas), então meu local de trabalho. Ele rapidamente estabeleceu comunicação com todos os funcionários e colegas de projeto. Alegre, contava sempre muitas histórias relativas ao seu pai, e, um dia, inevitavelmente foi tocado pelo desejo de levar adiante o legado que o pai havia deixado e que seus irmãos Flávio Passos, Rosângela e Kátia Passos não tinham dado sequência. Nesse meio tempo, enquanto Rodrigo não tinha assumido ainda a capitania do grupo, o Mestre de Capoeira

²⁶ Filho caçula de D. Maria Luiza e Seu João Crisóstomo (in memoriam) morador do bairro Piedade em Ouro Preto/MG.

Luiz Henrique Kalungué tentou reunir os integrantes e manter o Congado do Alto da Cruz em atividade, mas não teve êxito nessa empreitada por muito tempo.

Assim, anos depois, Rodrigo, ao lado de sua mãe D. Maria Luiza Passos se reuniram com as comunidades dos bairros Piedade, Padre Faria, Alto da Cruz e Antônio Dias e decidiram reorganizar a guarda de Congo do Alto da Cruz com suas festas e cortejos rememorando Chico Rei e sua corte.

Jovem de idade, velho de alma, o chamado ancestral tomou conta de Rodrigo. Ao lado dele, os também capitães Francisco e Kátia Silvério, sendo Kátia irmã de Karina Silvério Augusto, cuidaram da retomada das atividades do Congado do Alto da Cruz, que ocorreu de forma gradual, com intensa luta de capitã Kátia e Rodrigo e com apoio da Comissão Ouropretana de Folclore na busca de visibilidade do poder público municipal para a reservação desse patrimônio imaterial que eles buscavam salvaguardar.

A insistência dos mesmos fez com que em 2008 uma oficina de tambores e culinária afro foi realizada em Ouro Preto, em parceria com a Guarda de Moçambique dos Arturos/Contagem e a Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de Ouro Preto. A solicitação dessa oficina, feita por Rodrigo e Kátia, foi uma forma de reavivar as memórias adormecidas da festa de Reinado em Ouro Preto.

No mesmo ano também teve início, por meio de outra liderança ouropretana ligada às questões raciais, tratativas para conseguir recurso financeiro para a construção da casa de Cultura Negra de Ouro Preto, num terreno ao lado da matriz de Santa Efigênia, que já havia sido adquirido pela Prefeitura desde meados da década de 1990. Marcia Valadares e demais integrantes do Fórum de Promoção da Igualdade Racial de Ouro Preto (FIROP), entidade na qual também fui associada, lutaram bravamente até que conseguiriam recursos para a construção do primeiro módulo da referida casa, que até 2017 não tinha banheiros e cozinha.

A construção do segundo módulo ocorreu entre os anos de 2017 e 2019 e contou com financiamento da Secretaria de Cultura e Turismo/Setores de Patrimônio e Diretoria de Igualdade Racial. Atualmente a casa é referência em inúmeras ações realizadas ao longo do ano, voltadas para as questões da igualdade racial no município de Ouro Preto.

Voltando ao grupo de Congado do Alto da Cruz, o mesmo é considerado pela tradição oral local, o guardião das tradições do lendário Chico Rei, que teria ajudado na construção da Igreja de Santa Efigênia. Não temos nenhuma comprovação documental da existência de um homem chamado Galanga, que capturado no Congo com sua esposa e seu filhos (Djalo, Itulu e

Muzinga) tenha desembarcado no Rio de Janeiro em 1740 e levado para ser vendido junto com o único familiar sobrevivente, o filho Muzinga, numa praça de comércio de escravizados em Vila Rica. Fato é que a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz tem início no despontar da década de 1730, no auge da exploração de Ouro.

Outra irmandade negra com sua Igreja do Rosário dos Pretos já existia do outro lado da vila, na região do Caquende, próximo ao Pilar que foi responsável, em 1733, pela festa do triunfo Eucarístico, possivelmente a festa barroca mais importante ocorrida no contexto setecentista brasileiro. Se a mítica figura de Galanga, batizado Francisco, que nas terras de Vila Rica reconstruiu seu reinado negro, minerando ouro em uma mina considerada improdutiva e, assim, conseguiu auferir recursos para comprar a alforria de seus irmãos de diáspora, para no dia de Santos Reis subir a ladeira de Santa Efigênia louvando à Santa da Núbria, a São Benedito e a Santo Antônio de Noto, existiu ou não, não é o que realmente importa.

Não é, nesse caso, o documento físico que mantém viva a história de Chico Rei e sua ligação como o congado mineiro, mas sim a oralidade, repassada por séculos de geração em geração, romantizada muitas vezes pelo olhar do branco colonizador na tentativa de criar “um herói negro” para a região de Ouro Preto. Para nós, povo preto reinadeiro, Galanga/Chico Rei não foi um apenas, mas, centenas de milhares ao longo de todo o período em que a escravidão fez de nossos corpos negros objetos comercializáveis.

O Congado do Alto da Cruz é responsável pela revitalização de uma das mais importantes festas do nosso município, o reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, também chamada de festa da Coroação de Chico Rei.

A festa esteve inativa desde a década de 1990, sendo retomada a partir de 2008/2009. Desde então é realizada todo segundo domingo de janeiro. Em algumas edições já chegou a receber 47 guardas, vindas de diversas partes do Estado de Minas Gerais e, também, do Espírito Santo.

As maiores dificuldades enfrentadas hoje pelo grupo estão ligadas às questões de manutenção de uniformes, instrumentos, pagamento de visitas, logística e inexistência de sede própria para ensaios e armazenamento dos instrumentos. Há também as dificuldades religiosas, como, por exemplo, a resistência de católicos aos cultos de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda. Muitas vezes, os próprios integrantes do grupo se desentendem por conta das práticas religiosas diferentes.

O grupo não possui registro jurídico, estatuto ou CNPJ. Foi criada a Associação Amigos do Reinado (AMIREI) para cuidar especificamente da organização e realização da Festa do Reinado.

A Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, desde 2008, é responsável pela realização do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. A partir de 2015, a Guarda de Moçambique do Alto da Cruz passou a participar da realização da grande festa negra de Ouro Preto, que por sua dimensão e por carregar a memória mítica de Chico Rei, é esperada anualmente várias guardas de Minas Gerais e de outros estados do Brasil.

A festa ocorre durante as duas primeiras semanas do mês de janeiro, tendo seu grande momento no segundo domingo do mês. Os cortejos e procissões realizados durante o Reinado englobam, além do adro e igreja de Santa Efigênia, o adro e a capela do Padre Faria (capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos), a mina de Chico Rei, no bairro Antônio Dias e as ruas entre esses pontos, rua Santa Efigênia e rua Padre Faria. No adro da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos ocorre um momento de parada da procissão para o levantamento dos mastros de Santa Efigênia, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e de Santo Antônio de Noto, tradição retomada também, a partir de 2022, reverenciando a antiga festa que a Irmandade de Santa Efigênia fazia para esse santo.

O Congado do Alto da Cruz não possui uma sede. Seus instrumentos são guardados na casa da Capitã Kátia, onde, por vezes, também são realizadas reuniões. Os ensaios costumam acontecer no adro da Igreja de Santa Efigênia. O grupo possui atualmente cerca de 30 membros.



Figura 14- Capitão Rodrigo Alvarenga Passos e Capitã Kátia Silvério durante a Festa do Reinado de 2019. Foto: Zé Du Monte

2.1.3 Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Santo Antônio do Salto

O Congado do Salto, nome pelo qual popularmente Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Santos Antônio do Salto é conhecido, existe há cerca de aproximadamente setenta anos. As origens relacionam-se a migração de componente da Guarda do Alto da Cruz para a região do Salto. Trata-se de funcionários da extinta empresa Alcan - Alumínio do Brasil²⁷ que foram trabalhar no Salto que decidiram criar um novo grupo para manter sua fé e suas tradições religiosas e culturais.

A família Xavier continua cuidado de todas as questões referentes ao grupo. Após o falecimento de Seu Antônio Cocó, segundo capitão do grupo, em 23 de maio de 2021, assim como com o falecimento de Seu de Zé Buião, Dona Dirce, viúva de Seu Cocó e sua filha Gabriela Xavier seguem, superando problemas variados, que vão desde o acesso ao distrito até à manutenção de integrantes do grupo para não deixa a tradição morrer.

A festa de Nossa Senhora do Rosário, no distrito do Salto acontece em data móvel todo mês de outubro. Inicia-se com a novena, a reza do tríduo e levantamento do mastro. Durante nove dias toda a comunidade se envolve na realização da festa. A particularidade da festa é o Reinado do Salto, aproximadamente 20 homens e mulheres são convidados pelo Congado e pela mesa administrativa da Irmandade de Santo Antônio para portarem as Coroas do Reinado e ficam com elas durante um ano. Os mordomos do mastro e da bandeira ajudam na organização. A cerimônia para entregar e receber a Coroa é feita durante a festa.

As fotos a seguir (figura 22 a 24) busca ilustrar a realização da festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada no distrito do Salto, em diferentes momentos.

²⁷ Empresa canadense que se instalou em Ouro Preto/MG em 1945 e fazia o beneficiamento da bauxita para transformá-la em alumínio.



Figura 15- Seu Zé Buião (in memorian). Foto: Acervo pessoal da pesquisadora.



Figura 16- À esquerda o saudoso Capitão Cocó (in memorian), da Guarda de Congo de Santo Antônio do Salto. À direita Capitão Antônio Xisto, de Migue Burnier. (Acervo pessoal da pesquisadora)



Figura 17- Dona Dirce Xavier carregando a bandeira do Congado do Salto em apresentação no próprio distrito em julho de 2023. (Acervo pessoal da pesquisadora)

2.1.4 Congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora Aparecida do Bairro Santa Cruz

É a guarda mais nova de Ouro Preto, criada pela Capitã Jussara e sua filha Cristiane. Capitã Jussara Fernandes, ex-integrante do grupo de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, a acredita ter recebido um chamado divino para criar sua própria guarda. Durante as festividades do Reinado, ela teve “iluminações” e, aos poucos, foi transformando em realidade o que parecia um sonho. Devota de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora Aparecida, ela permaneceu durante um ano no congado do Alto da Cruz e, em 2014, criou seu próprio grupo, a Guarda de Congo Manto Azul de Nossa Senhora Aparecida do bairro Santa Cruz.

O grupo recebeu do Congado de Nossa Senhora das Graças, por meio da Capitã Silvana, a doação de alguns instrumentos. Os uniformes foram confeccionados por meio de doação de materiais e da mão de obra de costureiras. Com dificuldades, a guarda foi se estruturando. Os integrantes são moradores do bairro Santa Cruz e entorno. Dançantes, tocadores, bandeireiras somam ao todo cerca de 40 pessoas, sendo várias crianças. A guarda da Capitã Jussara não possui sede própria.

Geralmente, os ensaios do grupo são realizados no terreiro de Umbanda pertencente à capital da guarda ou nas ruas da comunidade. Por vezes, alguns vizinhos cedem espaço (galpões e garagens) para que os ensaios aconteçam. A capitã Jussara, que tem em seus antepassados pessoas ligadas ao Congado, acredita que tem uma missão a cumprir e por isso foi abençoada

com a criação da sua própria guarda

Em 26 de junho de 2015, a festa de um ano da guarda aconteceu. No ano seguinte foi realizada a coroação dos reis e rainhas da guarda, ou seja, a festa do Reinado do Manto Azul. Desde então o Reinado de Capitã Jussara nunca foi interrompido. Durante a pandemia a festa foi apenas simbólica, com os ritos realizados no terreiro de capitã Jussara para firmar as energias.

O grupo participa das festividades do Ciclo do Rosário e conta com o apoio da Comissão Ouropretana de Folclore para estruturar seu calendário de festas e visitas, tanto no município, quanto em cidades vizinhas. A Guarda Manto Azul auxilia a Guarda de Nossa Senhora das Graças em algumas cerimônias.

A festa de Capitã Jussara é a que encerra o Ciclo do Rosário em Ouro Preto. Em 2022, o Reinado do Manto Azul aconteceu em meio a muita chuva, o que gerou transtornos na realização da festa, porém as dificuldades não impediram a mesma acontecesse. Agravantes como a falta de uma sede própria ou de um espaço comunitário no bairro que pudesse abrigar as pessoas foram, em 2022 os maiores problemas pois as guardas, ternos, grupos e guardas de Congo, Moçambique, Marujadas, dentre outras, não tinham onde se abrigar do temporal.

O poder público municipal, por meio do departamento de eventos também não forneceu tendas ou barracas capazes de abrigar as centenas de pessoas que estavam no local. A capela de Santa Luzia padroeira do bairro Santa Cruz é pequena e não tem adro, toda festividades se concentra praça principal, que estava a estrutura de tendas e banheiros suficientes para a ocasião. Pessoas presentes no local, principalmente, na hora de servir a comida, o sagrado “ajeum” para os reinadeiros, pois não havia onde acomodar todos de uma vez.

Além dessas questões de logística, há outras dificuldades, que, por vezes, comprometem a boa realização do festejo reinadeiro no bairro Santa Cruz. Uma das principais dificuldades consiste em superar conflitos e divergências de opinião dentro do grupo, que é formado por católicos e umbandistas.

Outro ponto de destaque são questões de logística e manutenção de instrumentos, fardamento e objetos rituais do Congo Manto Azul, que ficam guardados na residência de Capitã Jussara, onde também funciona o terreiro de Umbanda conduzido por ela, onde ela atende como Mãe Jussara de Oxossi. Sua casa se torna o terreiro, a residência de sua família e a sede do grupo.

O local é identificado pela Defesa Civil de Ouro Preto como de alto risco geológico, o que inclusive impede Capitã Jussara de conseguir o alvará de construção para ampliação do espaço, desejo que ela alimenta há algum tempo. Chegou mesmo a iniciar a construção de um

salão anexo à sua residência, mas a obra foi embargada pela prefeitura. O maior sonho dela é ampliar a casa, fazendo esse salão anexo que funcionaria como terreiro, para as sessões, giras e atendimento do crescente público externo, que a procura em busca de consultas, banhos, passes e rezas e, também, como local de guarda dos instrumentos do Congo Manto Azul. No período chuvoso as atenções se voltam de forma mais intensa para a segurança de Capitã Jussara e sua família.

As tensões com relação à igreja católica também estão presentes no universo do Reinado de Capitã Jussara Fernandes da Silva. Conseguir padres para a celebração da Missa Conga não é tarefa fácil. No ano de 2023, a festa foi realizada sem a presença do padre para a referida celebração. Um diácono foi enviado ao bairro Santa Cruz, no dia 26 de novembro, para fazer uma benção em substituição à missa conga solicitada pelos responsáveis pela festa junto à paróquia que atende ao bairro.

Os mastros da festa foram erguidos na praça do bairro, pois não houve autorização para levantamento dos mesmos na capela de Santa Luzia. Os mastaréus carregam bandeiras de face dupla, com as estampas de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida e São Benedito.



Figura 18- Festa do Reinado do Congado Manto Azul, no bairro Santa Cruz 2023. Fots: Sidnéa Santos



Figura 19- Capitã Cristiane durante festa do Reinado do seu grupo, Congo Manto Azul de N. Sra. do Rosário e N. Sra. Aparecida, bairro Santa Cruz, 2023. Foto: Sidnéa Santos

2.1.5 Congado de Nossa Senhora do Rosário e N. Sra. das Graças da APAE

Um trabalho interdisciplinar com alunos pessoas com deficiência (PCDs) na APAE de Ouro Preto realizado pela Profa. Silvana Borges deu início a essa guarda que, ao longo dos anos, se firmou como participante nos festejos reinadeiros de Ouro Preto. O que começou como uma atividade educacional de inclusão, se consolidou e há 21 anos a festa do Congado de Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora do Rosário da APAE é realizada no bairro Bauxita, Ouro Preto.

A festa é realizada todo mês de novembro, preferencialmente, no segundo domingo, ou próximo ao dia 26, dedicado a Nossa Senhora das Graças. A organização da festa conta com o apoio da Escola de Educação Especial Professor Hélio Harmendani (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/ APAE Ouro Preto), dos pais e amigos do grupo e da comunidade ouropretana.

Anualmente são escolhidos um rei e uma rainha, os zeladores das imagens e das bandeiras de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora das Graças.

A Festa recebe em torno de 20 grupos convidados. A Professora Silvana Borges se tornou a Capitã Silvana, desde 2002, quando a atividade pedagógica da Semana do Excepcional fez nascer o “Congado da APAE. Era um grupo experimental, criado para trabalhar a inclusão e a sociabilidade das crianças com necessidades educacionais especiais. O grupo era uma forma diferenciada de letramento, memorização e concentração.

Moradora do bairro Padre Faria, a Capitã se lembra de quando era criança e acompanhava as apresentações do Congado do Alto Cruz, ainda sob comando do Capitão Sr. Porfírio. Para a criação do grupo ela contou com a participação de antigos membros do congado do Alto da Cruz, como o Sr. José Lourenço; o Mestre Folieiro Sr. Jesus Bóia (Folia de Reis do Padre Faria); o Capitão Toninho da Capoeira (do extinto Grupo de Congado do Bairro São Cristóvão).

No início dos trabalhos, o grupo era considerado “parafolclórico”, ou seja, realizava apresentações “artísticas” sempre que convidado em eventos festivos no município e era composto somente por alunos e professores da APAE. Em 2005, a Comissão Ouropretana de Folclore, por meio de palestras e oficinas, foi mostrando aos integrantes do grupo a dimensão religiosa do ato que representavam. Com o passar do tempo, o grupo percebeu que “o chamado religioso” estava acima da representação teatral puramente e se firmaram como Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças de Ouro Preto. Nesse mesmo ano foi realizada a primeira festa do grupo em honra à Nossa Senhora do Rosário.

Atualmente, o grupo recebe integrantes de várias partes do município, não tendo mais em sua estrutura somente pessoas ligadas à APAE. Capitã Silvana ressalta que o grupo nasceu na APAE, mas não pertence à escola somente, e sim a toda comunidade do município de Ouro Preto. Embora haja muitas limitações físicas para os integrantes realizarem danças e embaixadas, a guarda é respeitada e identificada no município como um grupo devocional, e não como um grupo que agrega excepcionais. A família da Capitã Silvana, do marido aos netos, todos integram o Congado de Nossa Senhora das Graças e são consagrados ao Rosário.

Qualquer pessoa da comunidade que sinta desejo de integrar o grupo é bem-vinda, desde que siga os preceitos de fé e respeito ao próximo. A inserção de novos integrantes ocorre por meio da participação nos ensaios, onde o novo integrante aprende os cumprimentos, a dançar as embaixadas, a tocar os instrumentos e principalmente a louvar o Rosário com devoção. O Congado de Nossa Senhora das Graças segue todos os ritos presentes na devoção do Rosário. Tem seus reis e rainhas perpétuos e os de festa; os guardiões, madrinhas e padrinhos da bandeira (religiosos e de festa).

O grupo enfrenta várias dificuldades para realizar suas festividades, uma vez que não tem renda própria e depende muitas vezes do apoio do poder público municipal. Outro ponto que merece destaque é a dificuldade enfrentada junto à comunidade do bairro onde o grupo está inserido. É grande a resistência da comunidade do bairro Bauxita em aceitar e participar das celebrações em honra ao Rosário. Outro grande empecilho é o transporte adequado para o grupo comparecer às festas para as quais é convidado (cumprir visita) e realizar ensaios regulares, pois a sede do grupo ainda é na APAE.

Sendo a maioria de seus membros pessoas com mobilidade reduzida, o transporte especializado é uma dificuldade e uma necessidade constante. O fardamento dos integrantes também é outra preocupação. Em 2006, por uma única vez, o grupo recebeu uniformes da prefeitura de Ouro Preto.

No ano seguinte, pares de sapatos brancos foram doados pela Sapataria Calce Realce, por meio de mobilização feita pelo Sr. Edenir Monteiro juntamente com o Moto Clube Os Possuídos. Juntamente com a Comissão Oupretana de Folclore, por meio da participação em editais e projetos o fardamento e os instrumentos vão sendo mantidos, mas nem sempre de maneira satisfatória.

O grupo, hoje com cerca de 30 integrantes, não possui um local adequado para guardar os instrumentos, que na maioria das vezes ficam acomodados na casa da Capitã Silvana, pois eles pertencem ao grupo e não à escola (assim como os uniformes). O marido da Capitã, Sr. Edvaldo é quem faz reparo e manutenção nas caixas e, também, de fabricar novos instrumentos.

Isso permite que a Guarda de Nossa Senhora das Graças já conseguisse inclusive doar alguns instrumentos para o Grupo de Congado Manto Azul de Nossa Senhora Aparecida, do bairro Santa Cruz.

A festa do congado de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Graças integra o Ciclo do Rosário de Ouro Preto, sendo realizada, normalmente, no mês de novembro, encerrando o ciclo. O final de semana festivo inclui celebrações na capela de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro Bauxita, e cortejos que percorrem ruas do bairro geralmente entre a sede da APAE e a capela.



Figura 20-Congado de N. Sra. Do Rosário e N. Sra. das Graças da APAE. Acervo da pesquisadora.



Figura 21 -Capitã Silvania e o Congado da APAE na escola Marília de Dirceu durante o Festival de Inverno 2023.

Foto: Sidnéa Santos

2.1.6 Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia e São Benedito do Alto da Cruz

A primeira experiência do Capitão Kedison Geraldo Ferreira com Congado ocorreu ainda criança, quando ele, por influência de seus familiares, principalmente sua mãe e sua irmã, a Capitã Kátia Silvério, o incentivaram a participar do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz. Desde então, ele passou por variações de postos dentro do grupo, começando como “carregador da umbrela da rainha”, passando para dançante e tocador.

Em 2015, após sete anos como membro do Congado do Alto da Cruz, o capitão Kedison recebeu uma segunda missão: criar sua própria guarda, que no caso, é a primeira Guarda de Moçambique de Ouro Preto, dedicada à Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia e São Benedito.

O desejo de ter sua própria guarda já era antigo, mas somente durante a festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário desse ano ele recebeu “a benção” de um capitão mais velho. O Capitão José Rosa, da Guarda de Moçambique de Formiga foi quem consagrou o Capitão Kedison em janeiro de 2015 como Capitão de Moçambique. Desde então, ele tem desenvolvido trabalho para o fortalecimento e o reconhecimento da guarda no município de Ouro Preto e em todo Estado de Minas Gerais.

São vários os desafios que ele enfrenta para “manter a guarda de pé”. Desde questões relativas à pouca idade, questões de manutenção e logística, como fardamentos dos componentes, confecção ou aquisição de instrumentos (alguns só são utilizados para esse tipo de manifestação, como as gungas e patangomes, por exemplo); até a permanência dos integrantes no grupo, formado em sua maioria por adolescentes. Atualmente a guarda conta com 40 componentes.

Há todo um ritual a ser seguido na estruturação de um Moçambique, desde a posição de cada instrumento na formação até o tipo de toque executado, sempre mais lento que os toques de Congado. Cada gunga, por exemplo, tem uma sequência correta de montagem. Um pé pergunta, outro pé responde. O toque do Congado já tem um toque mais rápido e mais alegre. Todos os instrumentos que o grupo possui são próprios, muitos foram doados por terceiros. As gungas foram todas doadas pela guarda de Moçambique de Formiga, sob comando do Capitão Zé Rosa.

As maiores dificuldade são relativas ao aporte ou incentivo financeiro para realizar suas atividades. Compra de uniformes, pagamento do aluguel da sede provisória na Rua Santa Rita,

bairro Padre Faria, os instrumentos, transporte para participar das festas para as quais é convidado, enfim, todo o custeio do grupo é feito por meio de seus próprios integrantes, que colaboram da maneira que podem.

Para conseguir custear as despesas, por vezes, a guarda aceita fazer as chamadas “apresentações artísticas”, geralmente em hotéis ou eventos turísticos. Essa tem sido atualmente a única forma de angariar recursos externos para a Guarda de Moçambique, que tem como principais despesa o transporte e a manutenção de uniformes, pois o grupo é formado por uma grande maioria de adolescentes, que crescem e perdem os uniformes muito rapidamente, principalmente os calçados. Mesmo diante de tantos obstáculos, a guarda não apresenta desânimo durante os festejos do reinado, mantendo viva sua fé e força ancestral.



Figura 22- Moçambique do Alto da Cruz durante cerimônia de arriamento dos mastros no encerramento da Festa do Reinado em Ouro Preto em 2024. Foto: Acervo da Pesquisadora.

Capítulo III: Desafios: as contas do Rosário, lágrimas de esperança

“Ahh tambor, vai buscar quem mora longe tambor, pra matar minha saudade tambor”-toada de Moçambique

A escrita desse trabalho me atravessa de várias maneiras. Como mulher negra, periférica, pobre, praticante de religião afro-brasileira, como neta de Congadeiros-reinadeiros, militante dos movimentos e coletivos negros de Ouro Preto, dançante de Congo e Moçambique e, ainda, como pessoa ligada à luta fomento e incentivo à cultura em meu município. Considerando estes atravessamentos, sei o quanto a maioria das leis de incentivo à cultura desprivilegiam grupos de cultura popular tradicional e ainda mais os grupos de devoção reinadeira.

No entendimento de Oliveira (2011), as festas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário constituíram-se como principal evento devocional organizado pelas irmandades negras durante o período colonial brasileiro. As irmandades foram eixos dinamizadores de um modo peculiar de vivência católica, de um catolicismo leigo que marcou de forma indelével a formação religiosa das Minas Gerais. Nessas irmandades, em ocasião das festas de Nossa Senhora do Rosário, reis e rainhas negros eram entronizados e celebrados ao som de músicas, cânticos e bailados executados pelos “irmãos do Rosário”.

Esse modo de vivência religiosa manteve-se enraizado na vida dos devotos da “Mãe do Rosário” que ainda hoje a louvam de modo singular em várias partes do Brasil. Mas, esse catolicismo africanizado vivenciado pelos congadeiros, não raras vezes, provocou tensões e disputas entre congadeiros e a hierarquia católica.

Para a população negra, e fazendo aqui um recorte para a população negra mineira, escravizada ou forra, uma das saídas para burlar os espaços de sociabilidade brancos foi a constituição das irmandades negras. No caso de Ouro Preto, destacamos as Irmandades do Rosário (do Pilar e do Alto da Cruz), das Mercês e Misericórdia, Mercês de Perdões e da Boa Morte, que congregavam irmãos cativos e libertos, e que funcionavam como uma importante rede de influências e proteção entre esses irmãos. É nesse contexto de resistência e resiliência, driblando as leis organizadas pela lógica colonial que nascem os grupos de Congado, Candombe, Marujos, Catupés, Caboclinhos, Moçambiques e tantos outros nas Minas Gerais, constituindo redes de sociabilidades que resistiram ao longo dos séculos, passando de geração a geração seus conhecimentos e saberes e a reconstituição de seus reinados negros.

Como bem pontua Capitã Pedrina (SANTOS, 2019), é preciso ver o Reinado como religião e não puramente como manifestação cultural afro-brasileira, pois só assim avançaremos na luta em busca do nível de respeito devido pela sociedade às nossas manifestações.

Nos dias de hoje é assustador pensar que um padre pode se recusar a celebrar uma missa para os grupos de Congado e Moçambique por puro racismo/preconceito a uma manifestação religiosa que é herança de um povo que resistiu à maior tentativa de extermínio já vista na história mundial.

Por isso desde séculos atrás as irmandades negras se firmaram como lugares de aquilombamento contra todas as formas de repressão, e foi por meio delas que nossas manifestações conseguiram resistir e re-existir. Para Assis (2021), a igreja eurocentrada e romanizada jamais conseguiu entender as conexões e formas de grupamento que os povos negros estabeleceram com suas divindades e origem, e foi isso que permitiu e reelaboração de saberes nas “tessituras” da igreja católica.

A cosmopercepção e cosmovisão e a circularidade espiralar dos povos Bantu em Minas Gerais foram essenciais para estabelecer a transmissão de saberes e aprendizados por meio dessa “memória social preta”, como também nos traz Nubia Regina (2020) ao trabalhar o conceito de *pretagogia*, e bell hooks (2017), ao propor uma pedagogia interseccional e transgressora.

Pretagogia traz a ancestralidade, a religiosidade, o respeito à natureza, a circularidade, a tradição oral, o corpo como forma de conexão espiritual com os saberes antepassados e ancestrais e com a noção de território. É isso que podemos observar nos Congos, Moçambiques, Batuques, Catupés, Marujos, Candombes e demais grupos afro-religiosos mineiros em Ouro Preto. É preciso saber lidar de forma “pretagógica” para lidar por exemplo com a burocracia e exigência de documentos para inscrição de projetos, com termos técnicos muitas das vezes incompreensíveis para os mestres detentores e seus grupos culturais e/ou religiosos, pois o que o sistema quer é sempre provocar a desistência dos mesmos em participar desses editais, que poderiam viabilizar recursos para diversas ações de manutenção, execução de eventos/apresentações, intercâmbios com grupos de outros territórios e salvaguarda dos grupos e seus mestres, participantes e detentores.

Outra prática comum, que prejudica imensamente os grupos é a apropriação de suas histórias por pesquisadores externos, que só pretendem obter títulos acadêmicos usando como “objeto” de pesquisa a prática que, no caso de Ouro Preto/ MG, os Congados, o Moçambique e demais grupos como folias de reis, cavalhadas e pastorinhas mantêm vivas a duras penas.

Em tempos mais recentes, a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no Brasil, nós, negros e indígenas brasileiros temos lutado para ganhar espaço, visibilidade, lugar de fala e respeito com nossas práticas culturais/religiosas tradicionais, que durante muito tempo ficaram condicionadas ou estigmatizadas à perspectiva do “exótico” e/ou do “folclórico”, sem receber o tratamento necessário enquanto práticas de um povo fruto de violências e diáspora, que teve em suas manifestações de origem, mesmo que um tanto modificadas no contexto do “novo mundo” a que foram compulsoriamente trazidos, uma de suas principais formas de resistência, sobrevivência e preservação de saberes antepassados.

No ambiente acadêmico, essa luta sempre foi ainda mais difícil, pois nossos mestres da cultura popular, detentores de saberes e práticas muitas vezes ignoradas pela academia, por não possuírem titulações de carreira universitária, foram (e infelizmente ainda são) vítimas e alvos de várias atrocidades epistêmicas.

O Epistemicídio, termo criado por Santos (2010) ao problematizar a produção de conhecimento feita por um único modelo, segundo o autor destina-se: “à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SANTOS, 2010, p.183). Trata-se de uma espécie de genocídio cultural como forma de dominação racial, negando a quem foi colonizado a possibilidade de ser sujeito de sua própria história, e ter seus saberes e conhecimentos considerados relevantes. O epistemicídio funciona de maneira tão perversa quanto o genocídio humano, pois seus danos são eficazes e duradouros. Atua marginalizando, excluindo, invisibilizando, impedindo que determinados grupos sociais tenham reconhecimento e sejam tratados sempre como minorias étnicas, religiosas e/ou culturais.

Carneiro (2005) considera que o epistemicídio é algo presente em nossas vidas, imposto pelo modelo de colonização exploratória, capitalista, extrativista e cruel a que fomos (e estamos) subjugados, com o racismo estrutural permeando todos os espaços da vida de negros e indígenas no Brasil. O racismo é usado, segundo Carneiro (2005), para legitimar a morte, seja ela física ou cultural. É o que a autora vai chamar de “sepultamento dos saberes”.

É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2005, p 98.).

Não raras vezes, muitos pesquisadores brancos se apropriam de saberes de povos, comunidades e pessoas consideradas minorias e se beneficiam disso para subir degraus dentro da estrutura acadêmica, sem a preocupação com o fato de estarem usurpando ou reproduzindo em seus textos e trabalham os elementos de uma cultura à qual não pertencem. O perfil colonizador continua vigente nesse sentido, pois ao ocupar o lugar de um detentor do saber, permite que as estruturas do racismo acadêmico não sejam contestadas ou rompidas.

Citando como exemplo a Festa do Reinado de Ouro Preto, todo mês de janeiro é a mesma luta, principalmente nos dias de realização da “Festa da Fé que canta e dança”. Estudantes e pesquisadores de vários lugares começam a fazer contato com os realizadores da festa, pedindo informações, entrevistas, fotos, vídeos, querendo realizar gravações *in loco* e sem, muitas vezes, terem o mínimo de empatia em relação à mobilização comunitária envolvida na realização do reinado, assim como os preceitos da fé pressupostos na festa.

A falta de respeito ocorre também na forma de se reportarem aos mais velhos, sem pedir licença, sem tratar com pronomes adequados, incômodos com os quais os detentores têm que lidar frequentemente. Somado a isso há também a questão dos objetos rituais, como no caso das festas de Reinados Negros (Festas dos Congados), que são objetos sagrados, que não podem ser tocados por qualquer pessoa, que tem as formas corretas de serem utilizados e que, muitas vezes, para um “estranho no ninho” preocupado apenas com os registros de precisa para construir seu trabalho, são apenas objetos figurativos, “exóticos “ ou folclóricos”.

A lei 12.711/12, conhecida como lei de cotas universitárias, tem permitido uma relativa ampliação na diversidade de sujeitos da entrada e permanência nos ambientes acadêmicos, possibilitando alguns deslocamentos nas sensibilidades relacionadas à produção de conhecimento. Trata-se não somente de colorir o cenário branco de muitas universidades, mas, sobretudo, de alargar as possibilidades de produção, circulação e compartilhamento de conhecimentos.

Nessa encruzilhada, onde o detentor e o pesquisador são a mesma pessoa, é também onde sobremaneira o trabalho com a memória é condição essencial no desenvolvimento das pesquisas, são muitas as escolhas que detentor pesquisador precisa fazer para desenvolver seus trabalhos. Geralmente isso envolve diretamente ser o pesquisador quem realizará as entrevistas e/ou conversar com parentes e amigos, com seus mais velhos e mais novos, assim como produzir preocupações metodológicas e teorias que sustentem um trabalho de rememoração que considere as vivências como um lugar de compreensão da experiência histórica compartilhada por um determinado grupo, coletivo ou comunidade.

Há um sentimento duplo de medo e respeito, de ansiedade e felicidade em ver um detentor contar a história dos seus em contextos externos às comunidades de origem e para o detentor-pesquisador, a responsabilidade em não decepcionar aqueles que estão compartilhando seus conhecimentos. Nesse momento de partilha, o tempo cronológico linear novamente é inter cruzado com o tempo espiralar do detentor e sua manifestação tradicional.

Leda Maria Martins (1997), assim com Muniz Sodré (2017) nos trazem abordagens sobre o tempo espiralar que são essenciais para nossa cosmovisão na encruzilhada detentor-pesquisador. O pensamento de Leda, de forma singular, única, vindo de uma mulher negra da periferia de Belo Horizonte, Rainha Conga, doutora-detentora de um saber que a academia relutou em reconhecer e ter proximidade e empatia, é um pensamento atravessado pelas suas vivências, memórias e, nos dizeres da autora, “oralituras”, noção, que, de acordo com Martins (1997),

designa a complexa textura das performances orais e corporais, seu funcionamento, os processos, procedimentos, meios e sistemas de inscrição dos saberes fundados e fundantes das epistemes corporais destacando neles o trânsito da memória, da história, das cosmovisões que pelas corporiedades se processam. E alude também à grafia desses saberes, como inscrições performáticas e rasura da dicotomia entre oralidade e escrita. (MARTINS, 2021, p. 41)

Assim, o pensamento de Martins (2021), diretamente ligado à sua vivência como reinadeira e congadeira, é dimensionado pelas ciências, tecnologias, sabedorias, culturas, religiosidade e artes de povos africanos e de comunidades afrodiaspórica, de forma decolonial, insurgente, necessário na luta contra o epistemicídio.

Em Corroboração ao pensamento de Martins (2021), as reflexões de Sodré (2017), evidencia a transculturalidade e o tempo em espiral como formas de explicar e entender as práticas culturais e religiosas negras, em contraponto ao pensamento eurocentrado, que durante séculos ditou as regras de nossas experiências religiosas, culturais, antepassadas e ancestrais. Tempo e temporalidade afrodiaspórica não cabem na forma de pensar colonial europeia a que nós estivemos impositivamente ordenados a seguir.

Em diálogo com Ribeiro (2017), nós detentores-pesquisadores temos que buscar ocupar nossos lugares de fala e ação.

Nossas manifestações culturais tradicionais não são exóticas, nem folclóricas, nem estão postas para divertimento puramente. Elas são nossas raízes mais profundas, nossa chance de restabelecer conexões que foram cortadas quando os nomes dos nossos antepassados foram retirados e esses sujeitos foram “batizados” com nomes escolhidos pelo colonizador e sobrenomes que remetem a pontos de embarque de africanos na condição de escravizados.

Em Minas Gerais, cada canto Bantu, cada toque de tambor (seja nos reinados negros, no carnaval, nas folias e em várias outras manifestações afro-indígenas-brasileiras), cada manifestação que aqui permanecesse viva é nossa resistência. São bem-vindos todos que tem o intuito de somar na luta e de nos dar espaço para propagar nossa voz. Transversal e circular, espiralar, diaspórico e decolonial. Assim se dá o nosso prosseguir, buscando na ancestralidade a força para viver o presente e construir o porvir.

Considerações Finais

“É no calcanhar, é no calcanhar, tamburete de nêgo é no calcachar. Eu vou parar, vou fazer parador, só um pouquinho, vou fazer parador, me dê licença, vou fazer parador, vou fazer parador, vou fazer parador.” Moçambique -Canto de parada

Nosso objetivo nesse trabalho foi discutir a memória e resistência dos grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto dentro de um recorte temporal de 20 anos (2003-2023).

Foi preciso fazer voltar ao passado da mineração do ouro para trabalhar esse assunto, que não por acaso se depara com todas as questões da mineração dos dias atuais, que trazem alterações na passagem, no meio ambiente e na vida dos moradores de Ouro Preto. Não raras vezes a empresa mineradora que causa a destruição é a mesma que patrocina projetos e produtos culturais nos quais esses grupos estão diretamente inseridos.

O trabalho também evidenciou a importância da Comissão Oupretana de Folclore no processo de revitalização da prática religiosa e cultural reinadeira em Ouro Preto. A instituição foi fundamental para pensar ações de salvaguarda e permanência desses grupos, sobretudo, num momento no qual a cultura brasileira não dava valor para tais manifestações, ainda as tratando como manifestações exóticas e folclorizadas. Ao buscar mecanismos legais e financeiros para preservação, salvaguarda e permanência das atividades dos grupos a Comissão Oupretana de Folclore contribuiu decisivamente para a continuidade das guardas.

Preservar memórias é o desafio diário dos grupos aqui apresentados, que tem no “resistir” a força motriz na superação de dificuldades, que vão desde conseguir pessoas com disponibilidade para desenvolver ações e projetos, bem como ter acesso a recursos financeiros para realizar as atividades do dia a dia dos grupos e das festividades das quais participam ao longo do ano. O fato de ainda não serem vistos pelos gestores públicos como produtores da cultura popular faz com que sejam sempre colocados em segundo plano ou serem lembrados apenas em momentos muito específicos dos festejos e celebrações, esquecendo-se que para que possam estar nesses momentos específicos, é preciso uma mobilização diária dos detentores, com manutenção em vestimentas e instrumentos, local seguro para reuniões e ensaios, para guardar os objetos rituais e tambores dentre outras necessidades.

Considerando o recorte temporal da pesquisa foi possível perceber que, mesmo em um contexto posterior ao processo de redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, o tratamento elitista e carregado de diferenças e preconceitos para com a cultura negra em Ouro Preto permaneceu e ainda é um agravante nos dias de hoje quando pensamos na necessidade de longevidade dos grupos aqui apresentados. Acrescido a isso, a pandemia da Covid-19 exacerbou desigualdades e injustiças sociais, vulnerabilizando ainda mais

determinados setores econômicos, sociais e culturais. No momento em que políticas públicas de fomento ao setor cultural foram estabelecidas por meio da Lei Aldir Blanc, Lei de Incentivo que abarcou os setores Federal, Estadual e Municipal criada durante a pandemia justamente para minimizar os danos advindos do isolamento social na vida de quem dependia do trabalho com cultura e arte para sobreviver, a desigualdade frente aos grupos de cultura popular tradicional demonstrou o quanto políticas públicas específicas para esses grupos continuam sendo necessárias para que os mesmos possam ter acesso e realizar com autonomia suas ações culturais.

A escrita de projetos e preenchimentos de formulários e documentações para a Lei Aldir Blanc por exemplo, inúmeras foram as dificuldades de mestres e detentores em lidar com plataformas digitais e com a burocracia a qual não estão habituados. Muitas das “reuniões online” em formato de lives para tirar dúvidas sobre as questões da supracitada lei tornaram tudo ainda mais inteligível, desgastante e desanimador.

Algumas comunidades como a de Santo Antônio do Salto viram ser levadas pela Covid-19 e outras comorbidades agravadas pela pandemia os baluartes de sustentação de suas manifestações culturais e religiosas. O Salto perdeu, de uma só vez dois capitães de Congado (Seu Buião e seu Cocó), que também eram da Banda, da Charola dos Passos e eram tomadores de decisão no distrito.

Os fundadores da Comissão Ouropretana de Folclore, bem como os integrantes da AMIREI, consideram que a implementação de políticas públicas exclusivas para o setor da cultura popular tradicional é fundamental e necessárias para que os grupos populares consigam se manter perenes, fomentando a transmissão de saberes e fazeres, passados de geração em geração em suas comunidades. Além disso, faz-se importante a formação de gestores sensíveis às demandas de tais grupos. Esse desafio passa diretamente pelas questões ligadas à Educação Patrimonial, ou seja, a cultura e a educação precisam caminhar juntas na preservação dos grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto, e não só destes, mas de todos os grupos de manifestação popular tradicional do nosso município. É por meio do trabalho conjunto entre cultura e educação que se empodera um povo. É preciso perceber, por exemplo, a diferença de um cantor de carreira, um ator, um artista de televisão ou rádio para um mestre da cultura popular, que, muitas vezes, não passou pelos bancos da academia, mas que em sua vivência o maior tesouro de um lugar.

E não podemos esquecer que falar de preservação, salvaguarda e manutenção da cultura popular tradicional é falar também de todas as camadas estruturais do racismo, que operam para impedir o acesso de mestres, detentores e seus grupos ao mesmo nível que manifestações

“brancas” e socialmente aclamadas e valorizadas pelas elites que operam o poder. No caso de Ouro Preto, a tão sonhada “democratização do acesso à cultura” precisa incorporar para sua real efetivação, o respeito e a sensibilidade no trato das especificidades e dificuldades particulares de cada guarda.

Isso é extremamente relevante, pois, não raras vezes, vemos os grupos de Congado e Moçambique de Ouro Preto sendo convidados para abri campeonatos de futebol, participar de cortejos de eventos aleatórios que nada tem a ver com a representatividade cultural do grupo, e se submeterem a “apresentações artísticas” em ocasiões diversas ao longo do ano, pois muitas vezes é o cachê da apresentação artística que vai possibilitar a compra de um couro que rasgou, um tênis para a criança que cresceu, o transporte para pagar uma vista que não pode ser recusada. Muitas vezes os grupos são usados apenas como cartão de vista para “provar” um falso investimento em políticas culturais que verdadeiramente os atenda, e por vezes nem “cachê” recebem. Mal tem direito a um lanche nada digno e a um transporte em péssimas condições. Um grupo de Congado ou de Moçambique não pode se apresentar em troca de lanche. Merecem minimamente o mesmo tratamento que os grandes artistas que passam pela cidade. Preconceitos e desrespeitos são quesitos urgentes de serem revistos no trato com os grupos de cultura popular tradicional no município de Ouro Preto, que tem sua população autodeclarada como não banca em mais de 70% do total dos cerca de 75 mil habitantes e cuja cultura popular ainda não sucumbiu, possivelmente, pelos vínculos orgânicos de seus participantes, seja por meio da vivência reinadeira, seja pela transmissão geracional dos preceitos da cultura reinadeira em núcleos familiares que sustentam tais práticas, que mesmo em contextos adversos mantem a fé que canta e dança viva. Dona Maria Luiza e Rodrigo Passos no Congado do Alto da Cruz, Capitã Silvana com a família dela e seus alunos no Congado da APAE, Vó Marise, Capitã Kátia, Capitão Kedison, segurando o Moçambique, e Capitã Jussara, seu marido e filhos, segurando o Congo do Bairro Santa Cruz, assim como Dona Dirce e seus filhos no Congado do Salto e Capitão Xisto com seus filhos e filhas no Congado de Burnier são exemplares neste sentido.

Isso nos leva a crer que, por mais relevante que seja a entrada de jovens e crianças em tais grupo, é a sabedoria antepassada dos mais velhos associada aos laços de família o sustentáculo da tradição reinadeira. É essa coisa dos netos virem junto com os avós, que cria a dinâmica da manutenção e da perseverança e responsabilidade com cada detalhe que envolve a existência dos grupos, com seus ritos e segredos sagrados. E é também o que, muitas vezes, sustenta esse movimento de entrar no grupo ainda criança de colo, sair durante a adolescência ou vida adulta e retornar depois com filhos ou netos. É o tempo circular e espiralado agindo.

Provendo o devir ainda no passado/presente.

É onde a memória/resistência é produzida e se refaz diariamente, viva e potente, dispensando o pensamento cartesiano e seus documentos escritos para existir. Se o que move os reinados negros de Ouro Preto é a memória de Chico Rei, essa memória não precisa de arquivos físicos, ela está transmutada e ao mesmo tempo incorporada nas oralidades e oralidades dos grupos de Congado e Moçambique. Assim como Zumbi immortalizou Palmares, Chico Rei immortaliza a fé que canta e dança e que pisa no chão devagar, com respeito e responsabilidade de manter viva uma herança que rememora quem veio antes de nós e pavimentou a nossa chegada e a nossa existência nesse mundo.

Somos uma semente chamada resistência semeada no campo fértil da memória. Cada vez que forem nos chamar, lá estaremos, tocando tambor, cantado e dançado para louvar a vida, para louvar nossa história preta e indígena. Para reverenciar nossos santos, nkisis, voduns e orixás. Somos sementes espalhadas nesse mundo e sempre iremos brotar gungas, pantagomes e tambores com cantos e flores. Nosso corpo que dança quando precisa rezar na história que estamos aprendendo a escrever por nós mesmos, do nosso jeito. Somos resistência. Somos o povo dos tambores de Chico Rei e do balanço do mar da diáspora.

Viva o povo reinadeiro de Ouro Preto, de Minas Gerais e do Brasil! Viva a África que nos habita em cada célula espiralada do nosso DNA.

“É ouro, é ouro, povo Preto de Ouro Preto é Ouro!”

Sejamos Muntu sempre. Ubuntu!

ANEXO

Para melhor compreensão das dimensões acerca dos reinados negros no Brasil, a grandeza e a resistência que essas manifestações guardam pelo território brasileiro, apresentamos abaixo esse glossário.

Entre os Estados brasileiros, dezesseis deles possuem os registros de grupos de Congados e festejos de Reinados ou Reisados (folias de reis), heranças da resistência negra durante a escravidão. Em relação aos grupos de Congado, além de Minas Gerais, há registros de Reinados Negros em municípios dos seguintes Estados: Maranhão, Pernambuco, Bahia, Piauí, Pará, Sergipe, Ceará, Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Paraná, Rio Grande Norte, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina. As festas de Congo no estado do Rio de Janeiro, cujas ocorrências têm registros desde a segunda metade do século XIX, atualmente não ocorrem mais, mas os Jongos permanecem firmes.

Glossário Reinadeiro

Almoço de Reinado (ou Comida de Festa): Tem associação direta ao Ageum, [contração das palavras awa (nós)+ egeum /gé (comer) que, nos Terreiros de Candomblé, significa “nós comemos juntos”. A comida nas festas de Reinado é uma das partes mais simbólicas e importantes da cerimônia. É um momento de partilha conagração, alegria, conversa, lembranças. A comida é afro-afeto. É comida simples e farta, é comida feita com extrema devoção e amor. As cozinheiras são protegidas por São Benedito e a comida rende milagrosamente. Tropeiro, macarronada, farofa, carnes diversas, arroz feijão ou feijoada, salada de alface, tomate, cenoura para o almoço ou jantar. Café, leite bolos e pães, biscoitos para o café da manhã e da tarde. Tudo servido com muita fartura. Ao final, cada grupo presente na festa canta um ponto de São Benedito para agradecer: *“Agora que eu já comi, agora que eu já bebi, eu venho agradecer esse pão que recebi”* (Canto de agradecimento /domínio público)

Ancestralidade: Energia que recebemos das gerações que nos antecederam. Herança, que permeia nossa vivência, nossos costumes, nossa existência. Características que carregamos para manter nossa história viva. O conceito *“ancestralidade palpável”* que ouvi pela primeira vez numa roda de conversa com o multiartista mineiro Sergio Pererê, têm sido amplamente usado por pessoas negras no Brasil para se referir aos mais velhos que ainda estão entre nós na vida terrena e seguem, nas suas comunidades e grupos, transmitindo saberes e conhecimentos em duas comunidades, gerando empoderamento e continuidade entre os seus.

Antepassados: Nossos mais velhos aqueles que nos precederam, aqueles sem os quais nossa existência humana não seria possível. (Akulo (singular/Bakulo(plural) em Kimbundu (uma das línguas bantu assim como Umbundu e Kicongo, das quais herdamos várias palavras).

Bandeira de Aviso: Bandeira levantada pelo grupo/guarda/comunidade onde o festejo do Reinado vai acontecer 15 dias antes da Festa.

Bandeira Guia: Bandeira dos santos de devoção reverenciados pelo grupo, que vão sempre à frente do cortejo, levadas pelas bandeireiras (mulheres escolhidas pelo grupo para carregarem as bandeiras, cargo de extrema responsabilidade pois são as bandeireiras que anuncia a chegada do grupo/guarda).

Bandeira(s) de Mastro: Bandeira(s) levantada(s) no dia da festa de Reinado, ou, em alguns casos, 3 dias antes. Traz nas suas duas faces a iconografia dos santos de devoção do grupo/guarda. Geralmente são dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Benedito, Santo Antônio, São Jorge, São Sebastião, dentre outros.

Bandeira de Promessa: Bandeira que, numa festa pode ser levada por alguém do grupo ou por alguém da comunidade para pagamento de promessa/grança alcançada. Essa bandeira só é levada no ano da festa em questão em que a promessa precisa ser paga.

Caboclo ou Caboclinho: Grupo/guarda que está diretamente ligada as questões da resistência indígena e negra à colonização. Se apresentam com trajes que lembram os povos originários da nossa região, com muitos penachos e cocares, arcs e flechas. Em Minas Gerais uma das Guardas de Caboclo mais conhecida é a Guarda de Caboclinhos do Serro.

Caixa (Tambor/ Ngoma): Instrumento principal dos grupos de Congado, marujos, catopés e moçambiques. É a caixa que chama o santo, que dá o tom da festa. No Moçambique são 3 caixas: duas são as caixas guia e uma é a caixa resposta. No Candombe é diferente. No lugar das caixas são tambores mais compridos, cônicos, também chamados de atabaques (atabaques) feitos por grandes troncos de árvores e selados com couro de boi ou de bode, e batizados com os nomes Hun, Hunpí e Le (nomes que derivam da língua ewe-fon, falada pelos povos mina-jeje em Minas Gerais. Esses tambores centenários e sagrados são os pais de todos os outros. O

Candombe é o primeiro grupo que surgiu. Foi a partir do Candombe que os outros grupos surgiram: O Moçambique, os catupés, os vilões e os congos. Os tambores do Candombe são respeitados e reverenciados por todos. Nas casas de Candomblé os 3 tambores também estão presentes e podem ser tocados com as mãos ou com baquetas, dependendo da nação (exemplo: Candomblé Angola toca-se com a mão, Candomblé Ketu toca-se com baquetas) Na Capoeira os 3 atabaques também são sagrados.

Cajado (ou Bastão): instrumento sagrado usado pelos capitães. O cajado é a conexão do humano com o céu e a terra.

Candombe: Uma das mais antigas manifestações afro religiosas nascidas nas Américas, a saber Uruguai, Brasil e Argentina, herança dos negros escravizados de origem Bantu (Congos, Benguelas, Angolas, Quissamas, Nganguelas, Cabindas, dentre outros), que, trazidos forçadamente pela colonização portuguesa e espanhola, encontraram formas de manter vivas suas religiões matrizes. O Candombe é o Pai dos reinados, é mistura rítmica tocada nos tambores sagrados Hun (atabaque maior), Hunpi (atabaque médio) e Lé (atabaque menor), feitos de madeira cilíndrica e couro. No Uruguai, o Candombe foi reconhecido pela ONU como Patrimônio oral e imaterial da Humanidade. No Brasil, é considerado o pai dos Reinados.

Candomblé: uma das religiões de matriz africana que mais se firmou no Brasil devido à escravização de africanos entre os séculos XVI e XIX, com várias adaptações necessárias ao contexto brasileiro, o Candomblé no Brasil, bem diferente do Candomblé em África, se divide em nações e uma única casa/ terreiro pode abrigar várias nações diferentes (estratégia de sobrevivência das raízes religiosas africanas no continente americano).

Capacete: Usado principalmente pelos Congados e Marujadas. Tem a função de proteger a cabeça (mutuê), para além de compor o fardamento. A cabeça é sagrada, é parte do corpo que não pode ficar exposta ou ser tocada por qualquer pessoa, sobretudo nas religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras.

Capitã/Capitão-Mor: O Mestre que conduz o grupo, que zela, cuida e reúne os integrantes. Por vezes um grupo pode ter 3 ou 4 capitães, sendo um dele o capitão (ou capitã) maior, que é o responsável pela tomada das decisões finais que envolvem o grupo/guarda e sua existência/manutenção.

Catopê: Um dos grupos que compõe os reinados negros em Minas Gerais e em outras partes do Brasil, os Catopês são um dos primeiros grupos formados por africanos escravizados no território brasileiro tem uma batida semelhante aos congos e representam toda resistência da diáspora. As músicas, toques e danças dos Catopês geralmente são dedicadas a N. Sra. Do Rosário e São Benedito. No passado os Catopês eram formados somente por homens, hoje já em permitida a presença de mulheres.

Congadeiro: Nome comumente usado para designar todos aqueles que participam de grupos e festejos ligados as raízes afro religiosas em Minas Gerais e outras regiões do Brasil que tem na devoção a Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e outros santos negros, que por meio de cânticos, danças e o toque do tambor fazem suas louvações e suas festas de reinado. O termo define de forma genérica. Dentro do movimento congadeiro há várias regras e hierarquias que precisam ser respeitadas como por exemplo a hierarquia entre os grupos: Candombe, Moçambique, Catupé Marujo/Marinheiro, Caboclos, Congados, Vilões e outros.

Congado: Também chamado de grupo, banda, terno, ou guarda. Considerado o grupo “dos mais novos”, tem toques, cantos e uma dança num ritmo mais acelerado que dos demais grupos. Suas vestimentas a apresentam chapéus ou capacetes com longas fitas coloridas pendentes, chegando até abaixo da cintura ou próximo dos tornozelos do integrante/dançante. Segundo a oralidade, o Congado, composto por pessoas mais jovens, cantou e tocou para tirar Nossa Senhora do Rosário das águas, mas ela sempre voltava. Somente com o toque do Candombe e do Moçambique ela saiu definitivamente do mar para ficar entre seus devotos.

Congo: País da África de onde, no passado, quando o território Congo era um grande e poderoso reino que sofreu com invasão portuguesa, milhares de pessoas foram retiradas forçadamente sobretudo os séculos XVII, XVIII e XIX para o trabalho com mão de obra escravizada por serem detentores de ciência, tecnologia e conhecimentos exclusivos em várias áreas, principalmente agricultura e mineração. As memórias da diáspora resistiram e muitos escravizados dessa região reproduziram em terras mineiras/ brasileiras seus ritos de origem, mesmo que inseridos num contexto de dominação europeia cristã. A influência da religião e da cultura congolense cruzou o Atlântico e no Brasil deu origem ao que chamamos Congado. Em Minas Gerais, o mito do Rei Galanga, aprisionado no Congo e traficado para a então Vila Rica do Ouro Preto para trabalhar na mineração de ouro deu origem à lendária figura de Chico Rei, que é reverenciada principalmente pelos grupos de Congado e Moçambique em várias regiões

do país.

Cozinheiras de São Benedito: Em toda festa de Reinado a comida é servida a todos os presentes, de forma comunitária e solidária, assim como faziam em África, e reproduzindo o que o catolicismo impôs como regra, na devoção a São Benedito, que era segundo as tradições católicas, um cozinheiro ajudava os pobres e necessitados. As cozinheiras das festas de reinados mulheres que cozinham com amor e alegria, para ver todos saciados. Cada grupo, ao terminar sua refeição nos festejos, faz um canto de agradecimento às cozinheiras.

Dançante: Membros que integram os grupos e não tocam instrumentos, dançam e cantam nos cortejos. Dançar é também uma forma de rezar para os negros do Rosário.

Embaixada e Guerra de Espadas: Dança feita pelos capitães durante o desenvolvimento dos cortejos. É acompanhada por pontos cantados tirando desafios de um capitão para o outro.

Espada: Um dos objetos rituais mais importantes de uma guarda é a espada de seu capitão. É ela que corta o mal, abre o caminho e defende o grupo de qualquer demanda. A espada de uma Capitã ou de um Capitão congadeiro/reinadeiro jamais pode ser tocada por terceiros sem a permissão prévia de quem a empunha, mesmo que quem deseja tocar o objeto seja integrante da guarda à qual o objeto sagrado pertence. Quem desrespeita esse preceito pode ser até expulso da guarda ou da festa, e a espada passa por um processo de limpeza e reenergização.

Fardamento ou Vestimenta: (também chamado erroneamente de uniforme) – Roupas e acessórios utilizados pelos membros de uma banda, terno, guarda ou grupo. Utilizada pelos grupos. Variam de cor e de modelo. Na região de Ouro Preto, o grupo de Moçambique adotou a cor branca (camisa, calça, saiote, turbante ou chapéu), os grupos de Congado se vestem com roupas que podem remeter as cores de suas nações de candomblé ou aos santos de devoção que reverenciam, e seus capacetes são enfeitados com espelhos, fitas que pendem até a altura dos joelhos e flores coloridas. Ainda aqui na nossa região, Marinheiros e Marujos trajam vestimentas brancas, azuis e verdes de vários tons com seus quepes ornados com espelhos, fitas coloridas como a dos Congados e frequentemente sereias e estrelas do mar enfeitam o topo do quepe. É costume também usarem duas palas coloridas feias de tricô em formato de X cruzando o corpo e presas na cintura.

Festa (ou Festejo): Celebração realizadas pelas bandas, ternos, guardas ou grupos em seus territórios, para louvar seus santos de devoção. Geralmente com datas atreladas ao calendário católico de festas, devido às imposições feitas pelos colonizadores aos escravizados para que pudessem ter suas manifestações religiosas, os festejos negros ocorrem de janeiro a dezembro, com mais intensidade nos períodos de agosto ao outubro, quando ocorre o Ciclo do Rosário.

Gunga: Instrumento ritual sagrado parecido com um chocalho, que é usado preso aos tornozelos, como os chocalhos ou sinos usados em algumas regiões de Angola.

Hereditariedade: Um dos princípios que regem os grupos de manifestação popular tradicional que tem matrizes religiosas afro-brasileiras. O respeito aos mais velhos é premissa inquestionável. É graças a eles que existimos.

Irmandade: Termo usado pelos capitães para se comunicarem com os integrantes dos seus grupos. Irmandade também é o nome dado às ordens religiosas leigas que se instalaram no Brasil a partir do século XVI. Em Minas Gerais a irmandades negas são até os dias atuais expressiva maioria, haja visto que a população negra no Estado.

Marujada/Marujo/Marinheiro: Com influência direta dos mouros, representam os trabalhadores dos portos e navios diretamente ligados à diáspora africana gerada pela escravidão. As Marujadas ou Guardas de Marujos e/ou Marinheiros são guardas que tem um cantar e um dançar mais animados, parecidos com os Congados. Os cargos no grupo são como os cargos de um navio, Capitão de Fragata, Capitão Mor. Em Ouro Preto MG, esteve ativo até o final da década de 1990 o grupo de Marujada no distrito de Lavras Novas.

Mastro: Na definição mais simples, é um pau de madeira de cerca de 3 metros onde é encimada a bandeira de aviso e posteriormente a bandeira de festa. Porém, o mastro para os participantes das festas de Reinado é um objeto sagrado. É preciso força e energia coletiva para levantar o mastro. É preciso que todos vibrem e emanem positivamente para que o processo de levantar a bandeira transcorra de forma tranquila, respeitosa e alegre. O mastro é a ponte energética que simbolicamente conecta céu e terra. É a energia ancestral e antepassada que se reconecta com todos ali presentes, permitindo encontros e reencontros terrenos e espirituais.

Moçambique: Corruptela da palavra “Massambique”, se refere aos grupos que vem

imediatamente depois do Candombe na hierarquia reinadeira. Representa os mais velhos e seu caminhar devagar e sábio. Segundo a oralidade, é o Moçambique que teve permissão para tirar nossa senhora do Rosário do mar. Ao contrário do que muitos pensam, não existe no país africano Moçambique nenhuma manifestação similar ao que ocorre no Brasil.

Música/Cantos Sagrados/Cantos de Bizarria: Músicas, cânticos e louvações entoadas pelas guardas/grupos são cantos que trazem a história antepassada em suas letras, rememoram os tempos da escravidão, os sofrimentos, as alegrias, os desafios, as heranças imateriais que nos foram deixadas. Há uma separação entre os cantos sagrados, devocionais e os cantos para serem usados em ocasiões de distração e eventos não devocionais, são os chamados cantos de bizarria ou zuelas.

N'Zambi: Nkisi. Divindade suprema dos povos Bantu. O criador de tudo.

Pantagome: Instrumento que remete à bateia utilizada na mineração de ouro, produz um som que faz menção também aos barulhos do mar. É, assim como a gunga, um objeto ritual sagrado.

Trono Coroado: Rememoram a coroação de reis negos nos territórios africanos, simbolizam o compromisso de cuidar de sua guarda, como os antepassados cuidavam de seus filhos e parentes. Tem cargo vitalício, posição de respeito e poder de decisão. Diferente os Reis e Rainhas de festa, que pode mudar a cada ano, Rei e rainha do Trono Coroado são perpétuos. Só deixam seu posto quando sua existência física no mundo terreno termina e se tornam ancestrais.

Rainha e Rei de Festa: representam o envolvimento da guarda com a comunidade onde está inserida. São eleitos anualmente em alguns festejos, ou podem, por cumprir promessa ou herança familiar, ficar por período mais longo.

Reinado (Festejo): Na dimensão social e cultural, a festa que reúne, em determinada localidade/comunidade os ternos, grupos, bandas, guardas na celebração de seus santos de devoção, com a coroação de seus reis e rainhas negros, rememorando seus antepassados africanos e toda sua realeza, sobretudo das regiões de Congo e Angola, de onde imensa quantidade de cativos foi aprisionada e trazida para o Brasil.

Reinado (Religião): Vivência, experiência, confluência, fenômeno que está para além das

danças, cantos e cortejos celebrativos aos santos negros nas festas. Religião e fé são inerentes ao ser humano. Reinado é algo inerente ao povo negro brasileiro, diaspórico, que carrega na memória sua ancestralidade, seus antepassados e tem na fé reinadeira sua reverência maior, não monoteísta, não católica. Efêmero, tem no respeito na natureza, na água, na terra, nas folhas, no ar, no fogo, no vento, e no ser humano enquanto parte dessa cosmologia sua plenitude.

Rosário (pelo olhar do catolicismo): Um rosário atualmente é formado por 4 terços de contas interligadas e contam, em cada mistério, a vida de Jesus Cristo. São 200 Ave-Marias rezadas em 20 mistérios, intercaladas por Pai-Nossos e Glórias ao Pai. Símbolo usado no continente africano para fins de catequização e evangelização de negros, sobretudo por ser, forçadamente, associado pelos colonizadores, aos cultos que povos africanos realizavam. Para os católicos cada conta do rosário é uma rosa que se dá a Nossa Senhora.

Rosário (pelo olhar do Reinadeiro/ Congadeiro): Fio sagrado feito de conta de lágrimas, que, ritualmente conecta o reinadeiro, por meio do seu canto/reza com suas divindades (Nkisis, voduns, orixás) e seus antepassados a dimensões extraterrenas, de energia vital, N'gunzo, Asé. Diferente do rosário católico, onde se contemplam mistérios e se rezam “Ave-Marias e Pais-Nossos” o Rosário reinadeiro é cantado. Cada com conta é um canto energético de fé e é chamado “lelê”(ô lelê, ô lelê, o leleô lelê).

Nossa Senhora do Rosário: Conta a tradição que São Domingos de Gusmão e Santa Catarina de Sena receberam das mãos da Virgem Maria e do Menino Jesus que estava em seus braços a oração do Rosário, para vencer as guerras, heresias e pestes que assolavam a Europa no século XIII. Com os processos de invasão do continente africano por parte dos europeus, principalmente Portugal, França e Espanha, o culto ao Rosário de Maria foi imposto aos africanos em diversas regiões- com influência maior na região sul do continente, principalmente nos reinos do Congo, Angola e Moçambique, aproveitando-se dos cultos já realizados em África, como por exemplo culto a Iemanjá (pelos Yorubas) e Mikaia/Kaiaia(Bantus), entidade das águas do mar. Na apropriação católica, os negros reza para fazer a santa sair das águas e ficar na igreja, para eles poderem rezar, uma vez que eram proibidos de entrar nas igrejas das irmandades brancas. É nossa Senhora do Rosário, ou Santa Manganá (como também era chamada em solo africano), que sai do mar e cura das angústias dos negros escravizados em sua desesperadora diáspora. Segundo a lenda, vários grupos (Congados, Vilões, Catupés, Caboclos dentre outros) tentam tirar nossa Sra. do Rosário do mar, mas somente o grupo de Moçambique

consegue. Com a intensificação do tráfico negreiro para as Américas a partir da segunda metade do século XVI, o culto a Nossa Senhora do Rosário foi trazido para o Brasil junto com os escravizados, detentores dos saberes da mineração, metalurgia, siderurgia além de plantio e criação de animais, produção de tecidos, medicina etc. Como forma de preservar suas tradições por meio da oralidade, “aceitando” o rito católico de devoção a Nossa Sra. do Rosário, os bantus de várias etnias trazidos principalmente para Minas Gerais deram origem aqui às irmandades negras, com destaque para as Irmandades de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos.

Santa Efigênia, Santo Antônio de Noto (ou de Cartago ou de Catigeró), São Benedito, Senhora das Mercês: São os santos mais populares nos reinados negros junto com Nossa Senhora do Rosário. Santa Efigênia, venerada como Rainha da Núbia, é o orago de maior devoção entre os reinadeiros. São Benedito é o santo que protege a cozinha e as cozinheiras das festas, e “faz a comida render”. Sua história é relatada ora como mouro, ora como islâmico escravizado no norte da África, e que uma vez preso, se destacou como cozinheiro e nessa função dava, às escondidas, comida aos pobres. Santo Antonio de Catigeró, também africano venerado como príncipe da Barca, nordeste da Líbia/África, nos relatos sobre sua vida, prevalece a história de que era mulçumano e foi aprisionado e vendido como escravo para a Sicília/Itália. Trabalhou nas galés até ser vendido para trabalhar no campo, na cidade de Noto. Conseguiu sua liberdade, ingressou na Ordem Terceira de São Francisco na Itália e viveu distribuindo leite e comida aos pobres. Já N. Sra. das Mercês, uma das invocações da Virgem Maria para os católicos é uma santa que ganhou “simpatia” no Brasil por ser a sana protetora dos pobres, desvalidos e cativos. Em Ouro preto há duas igrejas dedicadas a N. Sra. das Mercês (Mercês e Perdões e Mercês e Misericórdia). Ambas as irmandades aceitavam negros, forros ou cativos como irmãos.

Sobe Serra/Desce Serra: Toque de caixas utilizado pelos grupos de Moçambique. Toque mais lento e compassado que o dos grupos de congado. A exemplo, as músicas abaixo: “*Sobe serra, desce ladeira, é a vida de Moçambiqueiro*” e “*Moçambique é coisa de nego-veio, que anda devagarinho, quem anda com nego-veio, nunca fica no caminho*” (Cantos de Moçambique/tradição oral e domínio público).

N’Zambi: Divindade suprema dos povos Bantu, o “deus” maior, o criador de tudo que há no céu e na terra. Os Bantu se dividem em mais de 400 etnias diferentes e são o povo que em maior

número foi escravizado para a região de Minas Gerais a partir da segunda metade do século XVII até meados do século XIX. N'Zambi não é cultuado diretamente, e sim por intermédio dos Nkisi (plural de Minkisi nas línguas bantas como o kimbundu, Umbundu e Kikongo).

Fontes, arquivos e acervos consultados

Arquivo Público Municipal

Fundo: PMOP, Série Cultura-Manifestação Culturais Eventos.1990-1998

Biblioteca Pública Municipal

Hemeroteca- 1990-2023

Acervo da Associação Amigos do Reinado- AMIREI

Livro de Atas

Acervo da Comissão Ouropretana de Folclore- COF

Livro de Atas

Acervo do Fotógrafo Alexandre Martins

Acervo de fotos e documentos do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier/ Ouro Preto MG

Fontes impressas:

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979.

SAINT-HILAIRE, August de. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

Referências Bibliográficas

- AVILA, Affonso. *Resíduos Seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2006.
- BÂ, Amadou Hampaté. *A tradição viva*. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010, p.167-212.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 12 de abril. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Aparecida. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *A Língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Secretaria de Estado da Cultura, 2002.
- COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERREIRA, Eduardo Evangelista. *Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.
- KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- FONSECA, Mariana Bracks. *Ginga de Angola: memórias e representações da rainhaguerreira na diáspora*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- FONSECA, Janete Flor de Maio. *II Roda de Conversa: Memórias de Negros - "Memórias e Juventudes"*. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC2Ehcvhs6u49IgpKHdGtKcw?view_as=public. Acesso em: 20 jun. 2023.
- FREITAS, Andressa Antunes de. *Os beneméritos de Santa Efigênia: pardos no Rosário do Alto da Cruz de Vila Rica, 1733-1832*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

LEITÃO, Eduardo da Silva. Barragens: um enfoque sobre paisagem cultural e patrimônio. *Revista Geográfica de América Central*, vol. 2, p. 1-9, Universidad Nacional Heredia, Costa Rica, 2011.

LUCAS, Glaura. *Os Sons do Rosário: o Congado Mineiro dos Arturos e do Jatobá*. Belo Horizonte: Editor UFMG, 2002.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 30, p. 1-29, 2022. [Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195824](https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195824). Acesso em: 11 abr. 2024.

MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1975.

MONTEIRO, Livia Nascimento. *A Congada é do mundo e da raça negra: memória da escravidão e da liberdade nas festas de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande - MG (1873-2015)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

MORAIS, Ana Luzia da Silva. *Diferentes crenças rezam uma mesma Fé: contemplação do Rosário por uma rainha Konga em diálogo com as memórias dos(as) reinadeiros (as) de Oliveira -MG*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2022.

MOREIRA, Núbia Regina. Feminismo negro brasileiro: igualdade, diferença e representação. In: *Anais do Encontro da ANPOCS*, n.31, Caxambu, p. 1-22, 2017. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st18-5/2961-nubiamoreira-feminismo/file> Acesso em: 15.Dez. 2023.

OLIVEIRA, Sueli do Carmo. *O Reinado nas encruzilhadas do Catolicismo: a dinâmica das comunidades congadeiras de Itaúna MG*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

.PALAZZI, Solange Sabino (org). *Manifestações da Cultura Popular de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora Gold, 2014.

PASSOS, João Crisostómo Alvarenga dos. Caderno pautado, manuscrito. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (MG), Fundo PMOP: Série Cultura-Manifestações Culturais Eventos, 1990-1998), 1986.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Aldair; MAIA, Moacir (Orgs.). *Sacerdotisas voduns e rainhas do Rosário. Mulheres africanas e Inquisição em Minas Gerais (século XVIII)*. São Paulo: Chão, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS (2019), Pedrina de Lourdes. *videoaula com Mestra Pedrina de Lourdes Santos #01*. Vídeo Capitã Pedrina. Disponível em: https://youtu.be/mFFx_7IAEgM?si=xx4DCS0V7Rkfm7y. Acesso em: 20. Nov. 2023.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito de Diamantina no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

_____. *Cotidiano e solidariedade: Vida diária da gente de cor nas Minas no século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Rubens Alves da. *Negros católicos ou catolicismo negro?: um estudo sobre a construção da identidade negra no congado mineiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SODRÉ, Muniz Pensar Nagô. *Petrópolis*, RJ: Vozes, 2017.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas Gerais no Século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista: história da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

TINHORAO, José Ramos. *Os sons dos negros no Brasil*. São Paulo: Art Editora, 1988.